



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Faculdade de Engenharia e Ciências
Câmpus de Rosana



JOÃO ANTONIO MELLO SILVA

POLÍTICAS PÚBLICAS
E O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO RURAL NO MUNICÍPIO DE ROSANA-SP

Rosana

2022

JOÃO ANTONIO MELLO SILVA

POLÍTICAS PÚBLICAS
E O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO RURAL NO MUNICÍPIO DE ROSANA-SP

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Turismo da Faculdade de Engenharia e Ciências - Câmpus de Rosana, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Turismo.

Orientador (a): Profa. Dra. Rosângela Custodio
Cortez Thomaz

Rosana

2022

S586p

Silva, Joao Antonio Mello

Políticas públicas E o desenvolvimento do turismo rural no município de Rosana-SP RURAL NO MUNICIPIO DE ROSANA-SP /Joao Antonio Mello Silva. -- Rosana, 2022

56 p. : il., tabs.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Turismo) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Engenharia e Ciências, Rosana

Orientadora: Rosangela Custódio Cortez Thomaz

1. Turismo-Rural. 2. Políticas-Publicas. 3. Assentamentos rurais. 4. Rosana/SP. I. Título.

JOÃO ANTONIO MELLO SILVA

POLÍTICAS PÚBLICAS E O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO RURAL NO
MUNICÍPIO DE ROSANA-SP

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Turismo da Faculdade de Engenharia e Ciências - Câmpus de Rosana, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Turismo.

Rosana, ____/____/_____.

Componentes da Banca Examinadora:

Presidente e Orientador: Rosângela Custódio Cortez Thomaz, Graduação em Geografia,
Doutora em Arqueologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP

Membro Titular: Francisco Antonio Rodrigues, Bacharel em Turismo, Universidade Estadual
Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP

Membro Titular: Juliana Maria Vaz Pimentel, Doutora em Geografia, Universidade Federal
de Grande Dourados – UFGD

Dedico esse trabalho a todos os meus familiares que me apoiaram nos momentos mais difíceis, em especial a minha mãe Silzete, a mais guerreira mulher que já pisou nessas terras, a minha irmã e meu cunhado que veio de fora, mas hoje é um irmão para mim. A minha Tia Rita que mesmo não concordando com a minha escolha de curso a princípio, sempre respeitou minha decisão e me apoiou em cada segundo durante a minha graduação. A minha esposa Franciely que me deu todo o suporte e esteve comigo nos momentos mais difíceis e cruciais da reta final da graduação.

Gostaria de dedicar também as minhas duas orientadoras não somente na área acadêmica com na vida, as Professoras Rosângela e Andrea que por muito se tornaram novas mães que levarei para o resto de minha vida.

A todos os professores que de alguma maneira fizeram parte deste trabalho, visto que o que sou hoje é baseado no que aprendi e vivi durante esse período de graduação

*Não tem nada a ver com ser possível ou não. Eu faço porque quero!
Quem diz que não pode ser feito nunca deve interromper aquele que está
fazendo.*

Echiro Oda

RESUMO

O turismo rural é um excelente meio de empoderamento financeiro e social para assentamentos de reforma agrária. Mas para que isso ocorra é necessário que o estado intervenha e possibilite ao assentado equidade através de políticas públicas nos três níveis de poderes: o Federal, o Estadual e o Municipal. Mesmo com políticas envolvendo os três níveis de poderes, é possível observar que falta ainda ser percorrido um longo caminho para que essa equidade seja alcançada. Mais especificamente no município de Rosana-SP, existem quatro assentamentos rurais: a Nova Pontal, Porto Maria, Gleba XV de Novembro e Bonanza. Devido às suas localizações e formas de conquista do direito ao uso da terra, somente a Nova Pontal e Porto Maria desenvolvem ou desenvolveram alguma atividade turística. A partir do levantamento bibliográfico e de entrevistas com uma assentada que trabalha com o turismo local e com um representante do poder público, foi possível observar que existem políticas públicas, mas que ainda estão distantes de atingir um mínimo ideal de efetividade para o fim de um maior desenvolvimento do turismo rural no município de Rosana-SP.

Palavras-chave: Turismo-Rural. Políticas-Publicas. Assentamentos rurais. Rosana/SP.

ABSTRACT

Rural tourism is an excellent means of financial and social empowerment for agrarian reform settlements. But for this to happen, it is necessary for the state to intervene and provide equity to the settler through public policies at the three levels of power: Federal, State and Municipal. Even with policies involving the three levels of power, it is possible to observe that there is still a long way to go for this equity to be achieved. More specifically in the municipality of Rosana-SP, there are four rural settlements: Nova Pontal, Porto Maria, Gleba XV de Novembro and Bonanza. Due to their locations and ways of conquering the right to use the land, only Nova Pontal and Porto Maria develop or have developed any tourist activity. From the bibliographic survey and interviews with a settler who works with local tourism and with a representative of the public power, it was possible to observe that there are public policies, but that they are still far from reaching an ideal minimum of effectiveness for the end of a greater development of rural tourism in the municipality of Rosana-SP

Keywords: Rural-Tourism. Public-policy. Rural Settlements. Rosana-SP

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Esquema de elaboração de Políticas Públicas	19
Figura 2 – Distribuição das Estâncias e Municípios de interesse Turístico do estado de São Paulo.....	29
Figura 3 – Mapa demográfico do Município de Rosana	34
Figura 4 – Imagem de satélite do assentamento Nova Pontal	36
Figura 5 – Disposição dos lotes do assentamento Nova Pontal	37
Figura 6 – Imagem de satélite do assentamento Porto Maria	39
Figura 7 – Disposição dos lotes do assentamento Porto Maria	39
Figura 8 – Imagem de satélite do assentamento Gleba XV de Novembro	40
Figura 9 – Disposição dos lotes do assentamento Bonanza	41

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Políticas públicas em vigor relevantes ao Trabalho	22
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 DISCUSSÃO TEÓRICA.....	12
2.1 Turismo.....	12
2.2 Turismo Rural.....	13
2.3 Turismo e desenvolvimento local.....	15
2.4 Políticas Públicas.....	18
2.4.1 Políticas Públicas de Turismo.....	20
2.4.2 Plano Nacional de Regionalização e Municipalização.....	25
2.4.3 Estâncias e Municípios de Interesse Turístico.....	27
2.4.4 Políticas públicas e o Turismo em Áreas Rurais.....	30
3 O MUNICÍPIO DE ROSANA.....	33
3.1 Rosana como município de Interesse Turístico.....	34
3.2 Assentamentos Rurais.....	35
3.2.1 Assentamento Nova Pontal.....	36
3.2.2 Assentamento Porto Maria.....	37
3.2.3 Assentamento Gleba XV de Novembro.....	40
3.2.4 Assentamento Bonzanza.....	41
3.3 Assentamentos que desenvolvem atividades turísticas.....	42
4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO E SEUS REBATIMENTOS NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO RURAL EM ASSENTAMENTOS NO MUNICÍPIO DE ROSANA/SP.....	43
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS.....	51
APÊNDICE A.....	57
APÊNDICE B.....	58

1. INTRODUÇÃO

Os territórios rurais sempre possuíram um potencial para uso turístico, mas que, ao mesmo tempo, também foram foco de empecilhos de diversas origens. Os territórios de reforma agrária, em especial, sempre apresentaram problemas relacionados à mobilidade, preconceito, falta de incentivos financeiros, entre outros, sendo necessária, então, a equalização a ser promovida através do desenvolvimento de políticas públicas que apoiem o desenvolvimento dessas localidades

O Turismo por sua vez possui a capacidade de moldar territórios e levar um empoderamento financeiro e cultural de forma sustentável para as mais diversas localidades. Assim, é possível destacar que o turismo possui um papel fundamental dentro da busca desenvolvimentista das áreas rurais, se tornando um aliado forte, mas, também, muito dependente das políticas públicas para um desenvolvimento pleno e com maior equidade.

Especificamente no município de Rosana-SP, que possui quatro assentamentos de reforma agrária, é possível observar que o desenvolvimento turístico local ainda não atingiu seu ápice e ainda é timidamente ativo, e isso pode estar relacionado direta e/ou indiretamente às políticas públicas existentes que ainda não abrangem, ou não foram difundidas na região.

Deste modo, este trabalho tem o intuito de levantar questões como: “será que temos o suficiente em quantidade/qualidade de políticas públicas aplicadas para desenvolver turismo rural no município de Rosana-SP?”; “Quais as principais dificuldades envolvidas no processo de desenvolvimento e aplicação de políticas públicas voltadas para o turismo rural?”; “Como o poder público municipal de Rosana-SP observa essas atividades?”; “De que forma o FEC-UNESP pode influenciar no desenvolvimento de políticas públicas?”; “Como as famílias veem essa possibilidade de atividade?”; “Como diminuir o estigma do rural?”.

Com base em uma metodologia de abordagem qualitativa e de natureza aplicada em forma de pesquisa descritiva, apropriando-se de relatos do poder público municipal e de uma agente local acerca das tentativas de desenvolvimento turístico, em conjunto com análises bibliográficas, documentais e de campo sobre as políticas públicas dentro das estâncias municipais, estaduais e federais, busca-se a seguir responder as questões levantadas acima.

2. DISCUSSÃO TEÓRICA

2.1 *Turismo*

O turismo é baseado nas atividades de contato e de deslocamento, entretanto, ao mesmo tempo em que a descrição da atividade turística é feita de forma tão simples, é válido ressaltar que tais atividades são extremamente complexas para uma definição exata tão breve. Dado a esse fato o turismo, de modo amplo, possui diversas conceituações, como, por exemplo, a definição apresentada pela Organização Mundial do Turismo (OMT) na Conferência Internacional sobre Estatísticas de Viagens e Turismo, Ottawa, 1991 apud (PAKMAN, 2014,p.10), onde ficou definido que: “O turismo compreende as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e estadias em lugares diferentes de seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, tendo em vista lazer, negócios ou outros motivos.”. Deste modo, é possível observar que esta definição abrange de uma forma ampla a atividade turística.

Toda essa necessidade de abrangência devido à complexidade da atividade turística, é ressaltada por autores como Alexandre Panosso Netto (2010, p. 10) que demonstra uma concepção ampla sobre o que é o turismo, com as interrelações entre o deslocamento individual ou em grupo com o lazer, de modo a ressaltar que o turismo continua sendo uma forma de utilizar o seu tempo de ócio, como uma espécie de “Libertação do Estresse cotidiano”. Tal descrição ainda não abrange o aspecto total, tendo em vista que hoje existem também, por exemplo, as atividades relacionadas a negócios, também conhecido como Turismo de Negócios, nas quais não há o lazer ou ócio, sendo o aspecto laborativo a principal motivação. Por isso, se vale ainda mais a complexidade das atividades turísticas, citada anteriormente.

Observa-se que muitos autores que trabalham com o estudo do turismo possuem a preocupação de ressaltar todo esse potencial que o turismo possui não só apenas como uma atividade econômica, mas, também, em todos os aspectos positivos em que o turismo pode se sobressair, conforme debatido por Lima (2017, p.54):

O turismo surge então tanto como atividade econômica quanto como fenômeno social e reduzi-lo ao primeiro é limitar a compreensão sobre a sua complexidade. Especificamente sobre a importância do turismo como atividade econômica, sabe-se que isso está aliado ao discurso desenvolvimentista, que prega hegemonicamente o setor como um elemento potencial para diminuir as desigualdades regionais. Uma atividade econômica que os lugares devem desenvolver para gerar renda, empregos e dinamizar as economias locais.

É possível observar que seres humanos possuem uma certa necessidade de movimento para buscar experiências das mais variadas fontes para fins também variados como descanso,

adrenalina, relaxamento, experiências gastronômicas ou simplesmente algo que possa quebrar a rotina do dia a dia, e com base nessa percepção, o turismo em áreas rurais pode ser uma opção viável. (FAVERO, 2000, p. 13).

2.2 *Turismo no meio rural*

A reforma agrária sempre esteve diretamente ligada a produção rural familiar e, por consequência, sempre teve um papel importante e especial no campo da produção de alimentos para o consumo interno do país, o que de certo modo faz com que por muitas vezes os ambientes rurais sejam vistos apenas como um campo de produção. Entretanto, o turismo rural surgiu como uma ferramenta com um potencial incrível para habilitar novas formas de aquisição de renda, conforme proposto por Candiotto (2013, p. 112):

Apesar dos interesses hegemônicos de expansão das relações capitalistas na agricultura familiar, o modismo do turismo rural faz com que diversos pesquisadores apontem essa atividade como uma alternativa de renda, emprego e valorização da propriedade rural e dos recursos naturais e culturais das famílias de agricultores. Além de ser vista como uma atividade que dinamiza economicamente os espaços rurais, o turismo rural também é tido como uma atividade potencialmente sustentável, complementar a produção agropecuária, que estaria beneficiando os agricultores familiares e fortalecendo a agricultura familiar, pois geraria emprego e renda, e aumentaria a auto-estima da população rural.

Com as primeiras atividades no Brasil remontando à década de 1990 o turismo rural surgiu a partir do interesse em harmonizar a geração de renda com o trabalho do campo. Entretanto, o estabelecimento de tais atividades possuíam grandes empecilhos que precisavam ser mitigados, e a forma encontrada mais concisa de realizar tal feito foi através da legitimação de políticas públicas voltadas ao fomento rural (GONÇALVES, 2016). O que resultou na elaboração da chamada “Carta de Santa Maria”, na qual havia um pedido indicando as principais necessidades dos fomentadores do turismo rural, e através da qual o estado poderia intervir e mitigar o problema, como observado por SOLHA e REJOWSK (2013, p. 115):

o documento intitulado “Carta de Santa Maria”, que identifica os principais gargalos para o desenvolvimento do segmento e aponta algumas ações que podem contribuir para minimizar as dificuldades, tais como: a) parcerias entre instituições governamentais e a iniciativa privada; b) definição de políticas para o turismo no espaço rural; c) criação de associações locais, regionais e nacionais que representem o segmento; d) capacitação dos profissionais que atuam no segmento; e) realização de pesquisas com foco nas questões de terminologia

Com a premissa da relação entre o fomento da atividade turística nas áreas rurais com a necessidade de políticas públicas, o presente trabalho tem o intuito de levantar questionamentos

acerca de políticas públicas existentes, que fomentam o turismo rural e são usadas de fato no município e quais fatores de risco ainda precisam ser mitigados.

O turismo possui a capacidade de interrelacionar diversos espaços e culturas. Quando adentra-se aos espaços rurais observa-se uma variedade cultural ampla e espaços de natureza trabalhados de diversas maneiras e dessas interrelações surge uma nova experiência que vem crescendo dentro do mercado turístico, desde seu surgimento por volta da década de 1970, com a busca por novas formas de experiência.

Em busca de entender melhor esses turistas pode-se observar a caracterização realizada por Sznajder, Przezbórska e Scrimgeour (2009, p. 7) apud Souza e Dolci (2019, p. 24) que demonstra que a busca por novas experiências serve como um catalisador dentro da oferta e dentro do aspecto básico comumente encontrado dentro das buscas por atividades turísticas:

A primeira característica é a possibilidade de satisfação de necessidades humanas com participação prática no processo de produção de alimentos, na vida de uma família e na comunidade rural [...] A segunda característica destacada pelos autores refere-se à possibilidade de satisfazer necessidades cognitivas nas vivências de produção agrícolas.[...] A terceira característica mencionada pelos autores diz respeito à possibilidade de o turismo rural satisfazer necessidades emocionais, dentre as quais podemos destacar a disposição para ter contato direto com a natureza, bem como o gosto por vivenciar o rural idílico associado com a atmosfera de rusticidade, o silêncio, os sons ou mesmo os aromas do meio rural.

No que diz respeito ao território nacional brasileiro tem-se os primeiros passos do desenvolvimento do turismo rural datados de 1984 no município de Lages no estado de Santa Catarina, onde os produtores rurais que passavam por uma pequena crise financeira do setor agropecuário passaram a ofertar uma forma de trabalho receptivo turístico dentro de suas propriedades visando uma diversificação de suas fontes de rendas (ZIMMERMANN, 1999).

Assim como outras atividades turísticas, o turismo rural tem diversos impactos dentro dos locais no qual é praticado. Devido ao caráter dinâmico e multicultural do turismo, existem diversas interrelações que podem ocorrer entre o contato dessas culturas muitas vezes distintas.

[...] a existência da ruralidade, de um vínculo com as coisas da terra. Desta forma, mesmo que as atividades econômicas eminentemente agrícolas não estejam presentes em escala comercial, o comprometimento com a produção agropecuária pode ser representado pelas práticas sociais e de trabalho, pelo ambiente, pelos costumes e tradições, pelos aspectos arquitetônicos, pelo artesanato, pelo modo de vida considerados típicos de cada população rural. (BRASIL, 2003, p. 13).

Quando a discussão é sobre impactos, tem-se as duas formas de conotação: as positivas e as negativas; igualmente ao ocorrido em qualquer tipo de desenvolvimento. Pode-se destacar de forma positiva a capacidade do desenvolvimento do turismo rural em diminuir o êxodo dos

jovens do campo que encontram em seu local uma fonte de renda e não mais necessitam buscar oportunidades de profissionalização dentro das metrópoles, dessa forma, ocorrendo uma valorização e preservação cultural local e proporcionando um empoderamento dessa camada da população com base nessa valorização cultural aliado com o desenvolvimento econômico. (FÁVERO, 2000).

De forma negativa destaca-se o grande número de possibilidades existentes, necessitando de um bom planejamento para que seja possível anular ou atenuar esses impactos negativos da melhor forma possível. Tendo em vista que o turismo rural se baseia, em suma, do uso de um espaço de natureza, já há uma primeira grande preocupação, pois um desequilíbrio ambiental pode afetar bruscamente a fauna e flora desse espaço. De forma semelhante com essas preocupações com o espaço físico, existe uma ampla discussão dentro da descaracterização cultural que esse contato intercultural pode proporcionar, correndo o risco de perder a sua originalidade e adquirir hábitos que podem não ser saudáveis para a vida do campo. (FÁVERO, 2000).

Nesse sentido, Gabriela Coelho de Souza (2011, p. 117) observa as formas como esse impacto pode recair sobre os moradores da região rural, e do mesmo modo destaca as oportunidades e perigos da atividade:

Enquanto algumas áreas podem ser capazes de capitalizar o turismo rural com o objetivo de desenvolver uma economia local mais diversificada, outros lugares passam a ser demasiado dependentes desse tipo de turismo e podem tornar-se vulneráveis à eventual retração da atividade. Além disso, as oportunidades de emprego associadas ao crescimento do turismo tendem a localizar-se no setor de serviços, com baixos salários, frequentemente em tempo parcial, com falta de oportunidades para ascender e aporte de poucos benefícios. Embora tais empregos representem importantes opções de ocupação para alguns residentes, podem não gerar renda suficiente para sustentar a família.

Com base no discutido nos parágrafos dessa seção é possível observar que o turismo rural quando aliado a agricultura familiar pautada na valorização da cultura do homem do campo tem o poder de criar um empoderamento social e financeiro, também comumente chamado de desenvolvimento que será abordado de uma forma mais abrangente na seção abaixo.

2.3 Turismo e desenvolvimento local

Quando se reflete mais profundamente acerca do turismo, chega-se a uma atividade extremamente complexa e dinâmica, que se apodera de diversas fontes do conhecimento (Gestão, economia, geografia, publicidade, sociologia e antropologia). Deste modo,

paralelamente, é possível notar sua densa capacidade de transformar um local no qual se desenvolve a atividade turística, visto que o turismo, em suma, é uma atividade econômica que transforma a viagem e a experiência em uma mercadoria e, por lógica, a sua consequência é gerar renda, isto tenderá em gerar mudanças na microrregião a qual a atividade turística está inserida. (TROCCOLI, 2014).

Levando em consideração o turismo como uma atividade econômica, observa-se no seu desenvolvimento um aliado com extenso potencial de gerar renda e, conseqüentemente, desenvolver um espaço, um local ou uma região, visto que o turismo é uma das atividades econômicas mais participativas dentro da geração de receita da economia mundial, figurando entre as cinco maiores geradoras de receitas no mundo. Deste modo, o turismo quando planejado, realmente possui a capacidade de transformar a realidade de milhões de pessoas ao redor do mundo. (TADINI, 2010).

Conforme destacado na análise de Tadini (2010, p. 14):

Dados do WTTC, inseridos no Plano Nacional de Turismo 2007-2010 (Ministério do Turismo, 2007), apresentam o turismo como responsável pela geração de 194 milhões de empregos diretos e indiretos, número que deverá aumentar para aproximadamente 247 milhões até 2013. Segundo a OMT, a atividade é responsável pela geração de 6 a 8% do total de empregos no mundo.

De modo similar é possível observar na análise de Portuguesez (2017, p. 14) como o turismo é extremamente representativo dentro da economia mundial:

Esta atividade social se projetou tanto, que se costuma dizer que ela ocupa hoje uma posição de destaque no cenário produtivo internacional, tendo inclusive ultrapassado os rendimentos do petróleo e do comércio de armamentos. Em função da escassez de dados confiáveis, não se pode posicioná-lo em relação a duas outras atividades sociais também relevantes: o narcotráfico e a movimentação financeira das religiões. No entanto, acredita-se que até em relação a elas, o setor esteja privilegiadamente situado.

Mesmo o turismo sendo considerado uma atividade econômica, é possível estudar seus desenvolvimentos e impactos sob a ótica dos fenômenos sociais envolvidos, visto que a atividade turística pode impactar em diversas esferas, como: na economia, nas relações culturais, nas relações políticas e no meio ambiente. Deste modo é possível observar que o desenvolvimento da atividade turística deve ser feito com amplo planejamento, visto que falhas podem acarretar um impacto negativo alto. Diferentemente dos impactos de caráter financeiro, os impactos sociais são mais complexos de serem analisados por não poderem serem explícitos de forma quantitativa e somente analisado de forma qualitativa, o que leva um grau de complexidade maior. (BENI, 2006).

Conforme fica evidente no trabalho de Falcão (2010, p. 29) que dá um panorama acerca da capacidade de impacto da atividade turística:

Precisamos destacar que a atividade turística, dependendo de como ela for pensada, planejada, implantada, poderá ter impactos positivos ou negativos, para mais ou para menos cada. O grande problema é que, na realidade brasileira, a tendência é mais para os negativos, apesar de muitos esforços com vistas a uma reversão ou amenização do quadro. Isto nasce principalmente da velocidade das mudanças ocasionadas pelo turismo, que, de modo abrupto, exige no novo padrão, novos comportamentos e adequações e quando a comunidade local não se encaixa é substituída por trabalhadores que vêm de outras regiões, gerando transtornos e inferências seríssimas.

Deste modo, entra em discussão que o turismo ou o processo de turistificação de um espaço não necessariamente garantirá que todas as potencialidades do local sejam exploradas e gerem recursos ou que mudem a realidade econômica, política ou social de um lugar, sendo que a base que define se essa atividade terá uma tendência a gerar frutos é a forma de gestão e implantação desse processo turístico, visto que, o processo de turistificação de um espaço possui as complexidades de uma atividade que interrelaciona a política, a cultura, o social e a economia, e, portanto, tem-se o estado como o centro que delimita as regras e parâmetros para mitigar os impactos negativos. (LIMA, 2017).

Além do mais, o turismo não pode ser pensado de forma isolada como o único potencial a se buscar o almejado desenvolvimento. Esse setor deve ser considerado juntamente com as demais atividades econômicas locais e com as demais dinâmicas existentes no território. Isso porque considerar o desenvolvimento como um processo amplo, inclui, necessariamente, pensar os diversos aspectos que podem fazer parte, podendo ser o turismo um deles, já que não há notícias de qualquer país que tenha subido ao patamar de país desenvolvido exclusivamente pelo turismo. (LIMA, 2017, p.57)

O desenvolvimento local com base no turismo e os processos de turistificação não podem, necessariamente, ser alcançados somente com a vontade do homem do campo. Isso se dá por vários entraves que podem variar desde o próprio preconceito que a sociedade ainda mantém sobre o rural, ao mesmo tempo que ainda não existe uma equidade financeira suficiente, principalmente para os produtores provenientes dos assentamentos de reforma agrária. Dado esses fatos, a intervenção do estado por meio de políticas públicas pode fazer com que essa equidade aconteça e permita uma facilitação desses processos de desenvolvimento local nas áreas rurais com base no turismo.

2.4 Políticas Públicas

Dentro do desenvolvimento de qualquer atividade social, o poder público possui um papel importante, tendo em vista que os regramentos, incentivos e limites, são impostos pelo

poder público, conforme descrito por Souza (2006, p. 26): “As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade.”. E nesse ponto salienta-se o termo “políticas públicas” que pode ser definido de diversas formas, como para (OUTHWAIRE; BOTTOMORE, 1996) apud (MELAZZO, 2010, p. 11) “a atividade política de um Estado é a forma de responder a um conjunto de necessidades da vida social de uma determinada comunidade, localidade, cidade, estado, país. Ela visa, antes de tudo, atender a uma série de objetivos da vida coletiva de um povo ou de um determinado segmento social.”, que retrata em sua análise o desenvolvimento de políticas públicas com uma função amplamente social. De modo similar há a definição de Secchi (2013, p 2) que em sua análise vê as políticas públicas como uma forma planejada para lidar com os problemas de uma sociedade.

Analisado por Lotta (2019, p.52) o quanto é necessário existir essa regulamentação, gerando uma grande responsabilidade em seus gestores para com aqueles que atuam em alguma de desenvolvimento a ser influenciada:

Políticas definem ainda os instrumentos ou ferramentas que serão utilizados, inclusive se a implementação terá um formato mais hierárquico e pré-definido ou, ao contrário, mais aberto à interação e participação de implementadores ou do próprio público-alvo na especificação desses instrumentos.

Em um conceito básico pode-se afirmar que as políticas públicas são a base da estruturação ou da inicialização de um projeto, seja ele de qualquer área, dado ao fato de que as políticas públicas dariam as margens das possibilidades a serem exploradas. Ao mesmo tempo, quando se analisa o que são as políticas públicas encontra-se um cenário onde existe o dinamismo para ser adaptativo ou satisfazer uma necessidade da sociedade.

A partir de uma visão considerada mais realista, conclui Laswell (1958) apud Souza (2006, p. 25) que “decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.”. De certo modo pode-se observar que em sua análise o autor demonstra que existe uma possibilidade de considerar o fato de muitas vezes a falta de políticas públicas para determinada situação, pode ser uma forma de política, e por isso, a análise das políticas públicas se torna algo complexo, já que deve levar em consideração não só a vontade da população, mas, também, tentar entender a idealização dos gestores para uma crítica mais fidedigna

“Uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o

estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante.” (SECCHI, 2013, p 2)

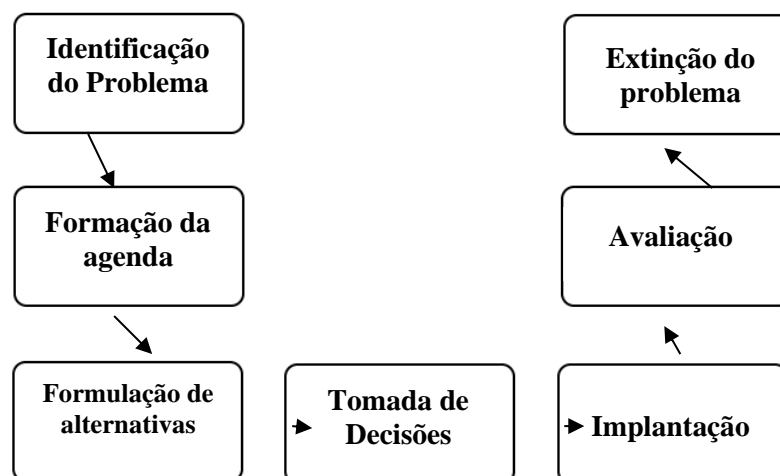
Assim, pode-se afirmar que as políticas públicas possuem a necessidade de que sejam estabelecidas as opções primárias para que torne possível alocar os recursos. Isso se faz necessário devido a sociedade possuir um número alto de demandas para os diferentes grupos e áreas de atuação ao mesmo tempo que a capacidade de recurso do estado não pode suprir todas essas demandas, logo, os estudos acerca das necessidades se fazem necessários para que os recursos possam ser alocados da melhor maneira possível. (SILVA; COSTA; CARVALHO, 2022).

Portanto, foi observado que as políticas públicas possuem diversas complexidades dentro de suas análises, como para Falcão (2010, p. 49) que em suas observações destaca esse papel da análise da sociedade como um todo:

Bem, teoricamente, isso não se dá de forma aleatória, deve ser fruto de um estudo que, por sua vez, leva a um diagnóstico de como a sociedade está e, por conseguinte, identifica os problemas e os caracteriza. Com isso, pode ter uma tomada de posição e decisão que venha a definir as ações do governo para resolver ou amenizar tais problemas.

Para Leonardo Secchi (2012, p. 33) o processo de elaboração das políticas públicas, se observadas de forma básica, segue um ciclo que se baseia em sete fases principais: “1 - identificação do problema; 2 - Formação da Agenda; 3 - Formulação de alternativas; 4 - Tomada de decisão; 5 - Implementação; 6 - Avaliação; 7 - Extinção”.

Figura 1 – Esquema de elaboração de políticas públicas de SECCHI.



Fonte (SECCHI, 2012, p.33)

A formatação Elaborada Secchi (2012, p.33), demonstra a importância do processo de formação de agendas coletivas com intuito de explicitar as necessidades do grupo em questão, como por exemplo, a carta de santa maria (SOLHA e REJOWSK, 2013, p. 115), que trouxe as necessidades encontradas por aquele grupo e quando analisado o andamento de certas demandas do documento constata-se que segue o esquema de Secchi: identificando o problema; Formando a Agenda; Formulando alternativas; Tomando a decisão (neste ponto entra o estado Tomando a decisão); Implementando a Política Pública; Avaliando o resultado; e, por fim, Dependendo da avaliação se extingue o problema.

2.4.1. Políticas públicas de Turismo

Dentro do campo do desenvolvimento turístico, conforme destacado previamente, são observados alguns riscos que devem ser eliminados ou atenuados. Com essa premissa surgem as políticas públicas para regular, instituir e proteger o desenvolvimento dessa atividade em consonância com os interesses do poder público, da população e do poder privado. Levando em consideração o fato de o turismo, e principalmente o turismo rural, ter em suas bases o desenvolvimento feito pela comunidade local, é necessário traçar estratégias que possibilite a inserção dessa parte da população que muitas vezes é composta de pessoas menos favorecidas financeiramente, desta maneira propiciando novos empregos e conseqüentemente levando essas comunidades a novos complementos de renda. E neste ponto o poder público tem a responsabilidade de fazer com que esse desenvolvimento seja incentivado e buscando sempre uma melhora para o bem coletivo (FERNANDES, 2019).

Em consonância com o parágrafo acima, importante citar a análise de Falcão (2010, p.59) que demonstra a ideia do dever coletivo nas políticas públicas, onde explicita a sua análise de um relatório da OMT (Organização Mundial Do Turismo) sobre a introdução do turismo de 1998:

O grande desafio e a função da política de turismo, de acordo com a OMT (1998), consiste em compatibilizar o princípio de liberdade econômica e de empresa com a preservação das vantagens estruturais que assegurem a continuidade da atividade em condições adequadas. Em outros termos, é compatibilizar a competitividade das empresas com o bem-estar de residentes e turistas. A partir de uma visão e postura de sustentabilidade com base local, todos os atores envolvidos deverão estar dispostos a assumir o desafio de praticar o turismo com vantagem

O início do desenvolvimento de políticas públicas que afetam o desenvolvimento do turismo no Brasil se deu por volta do final da década de 1930 de forma tímida e com pouco aprofundamento ou análise técnica, baseando-se apenas por uma vaga ideia, sendo que somente

em 1958 com a institucionalização do Decreto-lei nº 44.863, de 21 de novembro 1958, onde foi criada a Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR) que foi a verdadeira primeira investida na ideia de organização do desenvolvimento turístico da nação. Essa ação não teve todo o sucesso esperado e foi reformulada com a institucionalização do Decreto - Lei nº 55 de 18 de novembro 1966 que institui a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) que surgiu como uma normatizadora das agências e políticas de investimentos e fiscais relacionadas a atividade turística. (SILVA; COSTA; CARVALHO, 2022):

O turismo deve ser um campo do conhecimento submetido a estudos, com diretrizes claras, objeto de políticas públicas bem definidas que o promovam, sempre voltado a resguardar os valores sociais, culturais e ambientais das regiões onde se desenvolve. (BRASIL, 2007b, p 14).

O cenário do turismo brasileiro entre 1966 e 1996 teve um foco muito grande nos grandes centros e no litoral, dessa forma concentrava o turismo nesses pontos, como ferramenta de movimentação econômica. No ano de 1996 surgiu o Plano de Nacional de Municipalização do Turismo, que tinha a finalidade de fomentar o turismo no interior do país, para que deste modo o Brasil diversificasse sua matriz de oferta turística, ao mesmo tempo que ofertasse uma nova fonte de geração de emprego e renda para as regiões do interior nacional que sofriam por conta do êxodo para os grandes centros. (BRASIL, 2010):

A estratégia de intervenção do PNMT contou com a elaboração e realização de oficinas em três fases, visando a:

(a) sensibilização para a atividade turística como atividade econômica, desenvolvida com base nos pilares da sustentabilidade;

(b) organização dos atores do turismo (prestadores de serviços turísticos, setor público, privado e terceiro setor), em âmbito municipal, até a organização deles em um conselho municipal (representativo e legítimo);

(c) construção do plano municipal de desenvolvimento do turismo (alinhamento de demanda e oferta turística), de forma participativa e coletiva, pelos conselhos municipais de turismo. (BRASIL, 2010, p.13).

Quando o debate gira em torno da institucionalização das políticas públicas, verifica-se em sua base três esferas públicas que podem definir ações e as políticas públicas, sendo elas: o poder Federal (ao qual todo o território nacional é subordinado); O poder Estadual (ao qual todo o território do estado é subordinado) e o poder Municipal (ao qual somente o território do município é subordinado). Para melhor visualização do tema, a seguir será apresentada uma tabela com base na cronologia das políticas públicas levantadas para a expansão da discussão.

Quadro 1 - Políticas públicas em vigor Relevantes ao trabalho

SUBORDINAÇÃO	POLÍTICA PÚBLICA	ANO	RESUMO
FEDERAL	DECRETO Nº 86.176, DE 6 DE JULHO DE 1981.	1981	<i>Regulamenta a Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977, que dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico e dá outras providências.</i>
	LEI Nº 11.771, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008.	2008	<i>Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências.</i>
	PLANO NACIONAL DE TURISMO 2018 - 2022	2017	<i>O PNT traz um panorama do mercado de turismo hoje no Brasil e no mundo, identifica os gargalos e elenca as iniciativas e estratégias prioritárias para alcançarmos as metas estabelecidas já no Brasil + Turismo. Para alcançá-las, o turismo precisa ser bem planejado e articulado com o setor produtivo e a sociedade, dentro de princípios éticos e sustentáveis, para obter os efeitos que se deseja.</i>
	DECRETO Nº 9.791, DE 14 DE MAIO DE 2019	2019	<i>Aprova o Plano Nacional de Turismo 2018-2022.</i>
	PORTARIA MTUR Nº 41, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2021	2021	<i>Consolida e atualiza as normas sobre o Programa de Regionalização do Turismo, a Categorização dos Municípios do Mapa do Turismo Brasileiro e o Mapa do Turismo Brasileiro, além de estabelecer os critérios, as orientações, os</i>

			<i>compromissos, os procedimentos e os prazos para a composição deste.</i>
ESTADUAL	LEI Nº 10.426, DE 08 DE DEZEMBRO DE 1971	1971	<i>Estabelece requisitos mínimos para a criação de estâncias.</i>
	DECRETO Nº 20, DE 13 DE JULHO DE 1972	1972	<i>Regulamenta as disposições da Lei nº 10.426, de 1971, que estabelece requisitos mínimos para a criação de estâncias</i>
	DECRETO Nº 11.022, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1977	1977	<i>Regulamenta as disposições da Lei nº 1.457, de 11 de novembro de 1977, estabelecendo requisitos para a criação de estâncias turísticas.</i>
	DECRETO N. 36.856, DE 4 DE JUNHO DE 1993	1993	<i>Dispõe sobre as atribuições e competências do Conselho de Orientação e Controle do Fundo de Melhoria das Estâncias</i>
	DECRETO Nº 51.464, DE 01 DE JANEIRO DE 2007	2007	<i>Organiza a Secretaria de Esporte e Lazer</i>
	DECRETO Nº 56.635, DE 1º DE JANEIRO DE 2011	2011	<i>Dispõe sobre as alterações de denominação e transferências que específica, define a organização básica da Administração Direta e suas entidades vinculadas e dá providências correlatas</i>

	LEI COMPLEMENTAR Nº 1.261, DE 29 DE ABRIL DE 2015	2015	<i>Estabelece condições e requisitos para a classificação de Estâncias e de Municípios de Interesse Turístico e dá providências correlatas</i>
	LEI Nº 16.283, DE 15 DE JULHO DE 2016	2016	<i>Dispõe sobre o Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos e dá providências correlatas</i>
	LEI Nº 16.774, DE 19 DE JUNHO DE 2018	2018	<i>Dispõe sobre a atividade do Turismo Rural e a Política de Fomento ao Turismo Rural no Estado de São Paulo</i>
	LEI Nº 17.469, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021	2021	<i>Promove alterações e consolida a legislação que classifica os Municípios Turísticos do Estado de São Paulo</i>
MUNICIPAL	LEI ORGÂNICA MUNICIPAL	1993	<i>Torna institucional todas as bases de deveres do poder público municipal no município de Rosana - SP</i>
	LEI MUNICIPAL Nº. 1568/2017	2017	<i>Dispõe sobre a criação do COMTUR – Conselho Municipal de Turismo e dá outras providências.</i>
	DECRETO Nº. 2.966/2019	2019	<i>Dispõe sobre a contratação de um Profissional Turismólogo para elaborar o Plano de desenvolvimento</i>

			<i>Turístico do município de Rosana - SP</i>
--	--	--	--

Fonte: Autor, 2022

Baseando no levantamento do Quadro – 1, pode-se observar que existe uma evolução dentro das políticas públicas voltadas ao turismo e, conseqüentemente, na área específica do turismo rural, essas evoluções tendem cada vez mais a regionalizar e descentralizar o fomento dessas atividades com o intuito de levar formas de gerar renda em locais afastados dos grandes centros urbanos.

2.4.2 Plano nacional de regionalização e municipalização

O Brasil sempre possuiu uma grande diversidade potencial em atividades que envolvem o turismo e o lazer. Isso se dá por vários fatores como, por exemplo, a posição geográfica, alto número de grupos de países distantes, extensão territorial e clima. Baseado nisso houveram incursões acerca da descentralização do turismo e com vistas a levar renda e emprego para as regiões do interior.

Durante a década de 1990 o Brasil ainda estava em subdesenvolvimento, desta forma o país possuía grandes centros urbanos com ofertas de emprego e rentabilidade, enquanto as regiões localizadas no interior sofriam com o foco apenas no trabalho rural e baixas ofertas de emprego. Seguindo essa premissa foi implantada a Política Nacional de Turismo PNT (1996 - 1999) que tinha consigo uma exposição de ideias que tinha como base fundamentos do sistema neoliberalismo, que ascendia das ideias da ECO-92 de desenvolver a nação com foco na sustentabilidade, e desta forma conseguir investimentos que pudessem fazer com que fosse possível realizar essa descentralização e propiciar aos municípios formas de fomento à renda e emprego. Um ponto interessante a ser ressaltado é o formato do plano, que, em suma, buscava capacitar os locais e, assim, fazer com que investidores privados se interessassem mais em financiar empreendimentos de cunho turístico (TRENTIN; FRATUCCI, 2011).

Nos anos 90, a noção de desenvolvimento local sustentável é fortemente priorizada na agenda de políticas públicas, e isso implica que as comunidades estejam envolvidas nas fases de planejamento e de decisão das ações públicas. Desse modo, começa a ser alterada a estratégia de fazer políticas públicas de “cima para baixo”; em vez disso, adota-se um enfoque participativo. Os municípios passaram, desde então, a ter mais autonomia política, administrativa e financeira. E, em contrapartida, eles assumiram mais responsabilidades na execução de programas, e, também, na formulação de políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico e social. (Brasil, 2007a, p.16).

Uma segunda investida na idealização de descentralizar o turismo gerando renda e emprego ocorreu no ano de 2003 com a criação do Ministério do Turismo, o MTur, que foi instituído pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nesse momento político, com uma maior autonomia e com a participação de mais especialistas surge o Plano Nacional de Turismo “PNT” (2003 - 2007) que, de certa forma, teve um sucesso maior no processo de descentralização com uma maior uniformidade, se comparado com o seu antecessor. Isso se dá pela efetivação do plano com o lançamento do Programa de Regionalização do Turismo Roteiros do Brasil, que com base nos relatórios anteriores das fraquezas do plano antecessor propiciou a implantação básica das diretrizes e orientações contidas no PNT (2003 - 2007). (BRASIL, 2010).

O processo de execução do Programa exigia o desafio de produzir orientações e ferramentas – que valorizassem o acúmulo das experiências organizativas – e iniciativas produtivas que possibilitam o aprofundamento e disseminação do conhecimento referente à Política Pública de Regionalização do Turismo. O documento “Diretrizes Operacionais” cumpriu este papel, trazendo em seu conteúdo os princípios norteadores, as estratégias de gestão e os módulos e as etapas operacionais. (BRASIL, 2013, p.17).

Esses processos e diretrizes estipulados durante o PNT 2003 – 2007, que se tornaram o programa de Regionalização Roteiros do Brasil, são as bases que temos até os dias atuais. Pautadas no estímulo à autonomia dos municípios nas ações públicas, e, conseqüentemente, com uma maior participação dos municípios, as bases principais tendem a evoluir organicamente e enquanto vão sendo atualizadas timidamente a cada gestão posterior. Apesar das pequenas mudanças, não houveram mudanças expressivas nos planos posteriores.

2.4.3. Estâncias e Municípios de Interesse turístico

O estado de São Paulo iniciou seus passos na institucionalização das estâncias turísticas por volta do final da década de 1940 com a titulação, não institucionalizada por decreto, mas com um certo valor político, das cidades do litoral como estâncias de turismo, com o intuito de fomentar o turismo sol e praia naquelas localidades. Sendo primeiramente Caraguatatuba denominada como estância Balneária no ano de 1947, seguida por Ilhabela, São Sebastião, Ubatuba, Iguapé, Guarujá, Itanhaém e Cananéia, que conquistaram o título no ano de 1948. Entretanto, essa titulação só veio a ser considerada institucionalmente no ano de 1971 com o **LEI Nº 10.426, DE 08 DE DEZEMBRO DE 1971**, que foi atualizada para tornar mais claros e objetivos os requisitos para a obtenção do título de estância com a implantação do **DECRETO Nº 20, DE 13 DE JULHO DE 1972**. Mas havia uma pequena problemática nessa titulação

estância balneária no que tange a ter o enfoque apenas no turismo sol e praia, e, por isso, acontece uma nova atualização com o **DECRETO Nº 11.022, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1977**, que visando contemplar as atividades turísticas relacionadas à Cultura, Fé e Entretenimento foi criada a titulação Estância Turística, que perdura até os dias atuais. (HERZER, 2017)

Diante da lei anterior (lei estadual nº 20, de 13 de julho de 1972), que determinava os requisitos mínimos para o estabelecimento de uma estância balneária, climática e hidromineral, verificamos que os requisitos estavam pautados apenas na existência e nos parâmetros dos recursos naturais. Já o decreto nº 61 11.022, de 28 de dezembro de 1977, que determinava requisitos mínimos para o estabelecimento de uma estância turística, estavam pautados em critérios mais amplos, que possibilitaram a inserção de mais municípios dentro dessa categoria. [...] 32 conseguiram o título de estância turística. (HERZER, 2017, p.60).

O procedimento para titulação de Estâncias turísticas, com o passar dos anos e institucionalização da **LEI COMPLEMENTAR Nº 1.261, DE 29 DE ABRIL DE 2015**, sofreu atualizações que demonstravam as diretrizes para conseguir ou manter a titulação, sendo adicionados novos critérios como uma limitação de no máximo 70 municípios classificados como Estância Turística. Utilizando dessa limitação para a criação de um ranqueamento no qual os 3 municípios com a pior classificação fossem rebaixados a Município de Interesse Turístico (MIT), perdendo assim uma boa parte dos recursos financeiros provenientes do estado para o desenvolvimento turístico, visto que os recursos a estâncias turísticas podem atingir o valores em torno de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), enquanto os Municípios de Interesse Turístico contam com um repasse de valores em torno de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais). (THOMAZ; CAMARGO, 2021).

Artigo 6º - O Poder Executivo deverá encaminhar à Assembleia Legislativa, a cada 3 (três) anos, projeto de Lei Revisional dos Municípios Turísticos, observados o ranqueamento das Estâncias Turísticas e dos Municípios de Interesse Turístico de que trata o § 2º do artigo 5º desta lei complementar e outras melhorias implementadas pelo município, como a Lei Municipal das Micro e Pequenas Empresas, cursos de capacitação profissional na área de turismo receptivo e condições de acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

§ 1º - Até 3 (três) Estâncias Turísticas que obtiverem menor pontuação no ranqueamento trianual poderão passar a ser classificadas como Municípios de Interesse Turístico.

§ 2º - Poderão ser classificados como Estância Turística os Municípios de Interesse Turístico melhor ranqueados que obtiverem pontuação superior à das Estâncias Turísticas de que trata o §1º deste artigo, com base nos critérios abaixo relacionados:

- 1 - Fluxo turístico permanente;
- 2 - Atrativos turísticos;
- 3 - Equipamentos e serviços turísticos.

§ 4º - A não observância pelo município do disposto no § 3º deste artigo implicará a revogação da lei que dispôs sobre a sua classificação como Estância Turística ou como Município de Interesse Turístico, com a consequente perda da respectiva condição e dos auxílios, subvenções e demais benefícios dela decorrentes. (SÃO PAULO, 2021).

De modo correlato às Estâncias turísticas, a classificação de Município de Interesse Turístico surge como uma ferramenta do estado para investir em locais que possuam o potencial de desenvolvimento da atividade turística e, possivelmente, pleitear a classificação como Estância a partir de sua própria evolução, possuindo um repasse de entorno de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), propicia ao município a oportunidade de revitalizar e criar seus atrativos turísticos, em consonância total com o próprio planejamento nacional de promover uma gestão mais participativa do município para melhorar e facilitar a gestão dos atrativos.(THOMAZ; CAMARGO, 2021).

Artigo 4º - São condições indispensáveis e cumulativas para a classificação de Município como de Interesse Turístico:

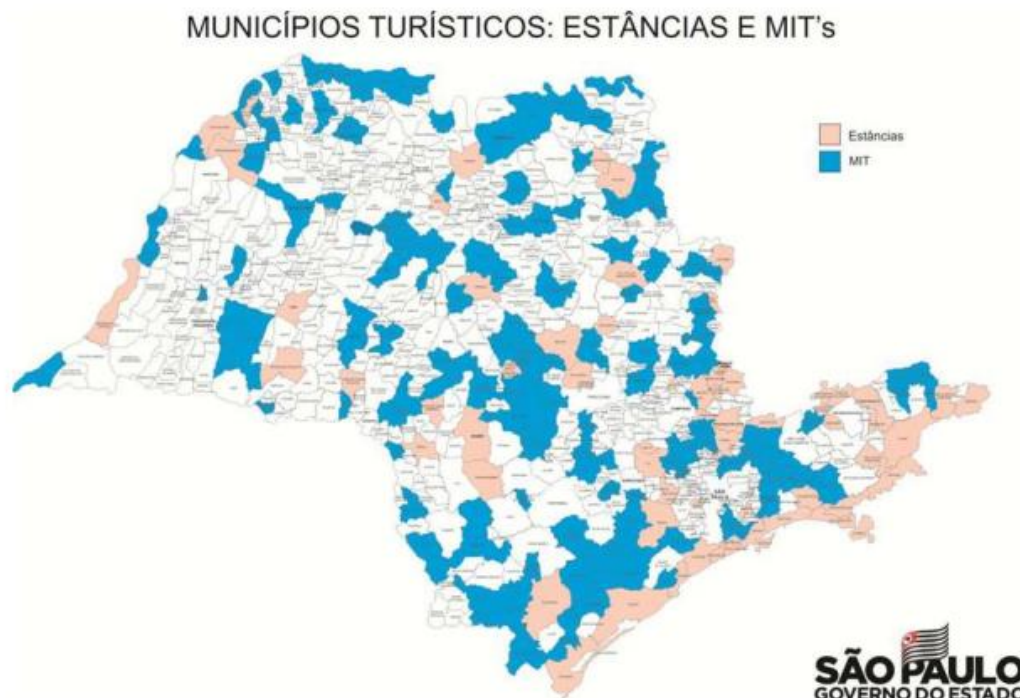
I - Ter potencial turístico;

II- Dispor de serviço médico emergencial e, no mínimo, dos seguintes equipamentos e serviços turísticos: meios de hospedagem no local ou na região, serviços de alimentação e serviço de informação turística;

III - dispor de infraestrutura básica capaz de atender às populações fixas e flutuantes no que se refere a abastecimento de água potável e coleta de resíduos sólidos;

IV - Possuir expressivos atrativos turísticos, plano diretor de turismo e Conselho Municipal de Turismo, nos mesmos termos previstos nos incisos II, VI e VII do artigo 2º desta lei complementar. (SÃO PAULO, 2021).

Figura 2 – Distribuição das estâncias e municípios de interesse turístico do estado de São Paulo



Fonte: (SÃO PAULO, 2019)

Atualmente o estado de São Paulo possui 140 Municípios de Interesse turístico que submetidos às diretrizes da **LEI COMPLEMENTAR Nº 1.261, DE 29 DE ABRIL DE 2015**, que institucionaliza os requisitos e pareia as possibilidades para o ranqueamento, tem a tendência de promover os municípios de melhor ranqueamento dos MIT's para Estância Turística, mesmo que até o momento ainda não tenha ocorrido nenhum rebaixamento, visto que existem muitas relações políticas envolvidas e o período de instabilidade gerado pela pandemia proveniente da infecção do coronavírus durante os anos de 2020 e 2021 e que reverbera até o atual momento. (SÃO PAULO, 2019).

2.4.4. Políticas públicas e o Turismo em Áreas Rurais

Segundo Guanziroli et al (2001) e Kageyama (2008, p.197) o surgimento das ocupações não-agrícolas existe como uma alternativa de sobrevivência dos produtores rurais familiares, que diante da conjuntura de ausência de crédito e apoio ficam sem condições para manter sua produção e, por isso, buscam alternativas para sobreviver e complementar a renda. Contudo, as ocupações não- agrícolas, são apenas uma complementação a renda agrícola e não deveriam ser tomadas na realidade brasileira “como uma forma avançada de desenvolvimento rural e decisiva na redução da pobreza”. Assim, as ocupações não-agrícolas são estratégias de permanência do produtor rural no campo, e no tocante ao turismo em áreas rurais, aplicada a realidade dos

estudos de casos analisados no Brasil, são alternativas que não garantem por si só a renda doméstica, carecendo da continuação das atividades agropecuárias para a manutenção familiar.

Por outro lado, segundo Ortega (2008) e Delgado (1994), há que se reconhecer alguns avanços que se deram no rural brasileiro, pautados, sobretudo na: “redução da adoção do pacote tecnológico hegemônico da agricultura; a reforma agrária, que lentamente, amplia a população rural; ou ainda, as políticas públicas dirigidas ao rural”. Como, por exemplo, o PRONAF (Programa Nacional da Agricultura Familiar), os programas sociais de transferências de renda e a aposentadoria especial rural. No âmbito das políticas públicas para a área rural brasileira, num período mais recente de 20 anos, foi de extrema importância a criação do PRONAF, pois até o início da década de 1990 não existia no cenário nacional política pública direcionada especificamente para o produtor rural familiar.

Desde sua criação o PRONAF passou por algumas reformulações e modalidades para destinar recursos a grupos especiais, dentre eles o PRONAF Turismo na Agricultura Familiar: Financiamento aos produtores rurais para desenvolver projetos de turismo nas propriedades rurais, como por exemplo, pousadas, restaurantes, cafés coloniais, entre outros.

O objetivo do PRONAF Turismo é fomentar o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais mediante a inserção da atividade turística agregando valor a sua produção e gerando renda e postos de trabalho (BRASIL/SAF, [2008]).

Os mais princípios basilares deste programa são: valorizar e recuperar o patrimônio cultural e natural dos produtores rurais; comprometer-se com a produção agropecuária; contribuir para a inclusão dos produtores, respeitando a diversidade de gênero, etnia e raça; gestão comunitária e democrática da atividade; incentivar as parcerias institucionais; o turismo no espaço rural deverá ser uma complementação as atividades tradicionais agropecuárias desenvolvidas na propriedade; respeito as especificidades produtivas e regionais da agricultura brasileira; planejamento e gestão da atividade de forma descentralizada (BRASIL/SAF, [2008]).

Alinhado a estes dados do rural brasileiro, o turismo rural, devido a seu amplo leque de oportunidades, como o aproveitamento dos recursos naturais do local ao alinhamento com bases culturais presentes se torna uma ferramenta que propicia geração de renda e empregos em locais descentralizados. Mas sua implantação, mesmo que tenha começado por volta da década de 1980, não teve uma regulamentação relevante com um enfoque mais efetivo até o final da década de 1990 com as primeiras diretrizes indicadas no Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) de 1994. Entretanto, o planejamento ainda possui diversas falhas por ter um foco no turismo desenvolvido no espaço rural sem se preocupar com os fatores relacionados

a vida do indivíduo rural em sua essência e cultura do agrário, conforme afirma TULIK (1997) Apud (BONETTI & CANDIOTO, 2012, p.6): “se o turismo no meio rural for mal planejado e mal implementado pode trazer mais malefícios que benefícios em decorrência dos impactos ambientais e sociais negativos que podem ser gerados O setor público deve então se precaver, por meio de suas políticas, para não ser o responsável por problemas que poderão surgir em médio e longo prazos.”.(BONETTI & CANDIOTO, 2012).

Essa potencialidade negativa que surge devido ao planejamento raso, pode ser confirmada com o explicitado no documento “Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil” (BRASIL 2004, p.6) que cita:

A partir do final de 1990, esses aspectos positivos do Turismo Rural no Brasil foram amplamente difundidos, fazendo com que um significativo número de empreendedores investisse nesse segmento, muitas vezes de forma pouco profissional ou sem o embasamento técnico necessário. Conseqüentemente, aspectos negativos de sua implantação também começaram a se manifestar, relacionados, de modo geral, à sobrecarga da estrutura rural pelo número elevado de visitantes e de veículos, problemas legais, degradação ambiental, e descaracterização do meio e da própria atividade.

Deste modo, em nossa discussão é possível destacar essa investida como um ponto a ser evoluído, por gerar discussões importantes acerca das políticas públicas do turismo rural brasileiro. Mas vale ressaltar que essa discussão já ocorria mesmo antes do plano, ele apenas começou a pavimentar o caminho que levaria ao novo plano nacional de turismo criado no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que se aproveitou das análises e informações levantadas até a sua gestão. Mesmo com os problemas resultantes desse processo pré-governo Lula, no final da década de 1990 essas primeiras políticas públicas resultaram em um considerável aumento nos investimentos no setor, mesmo não sendo com o enfoque mais centralizado na vida rural, esses investimentos propiciaram empregos e geração de renda. (MARANHÃO, 2017).

Do documento “Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil” (BRASIL, 2004, p.4) extrai-se um pequeno panorama dos principais acontecimentos que levaram o surgimento dessa nova política pública:

Diante disso, e tendo como referência as recomendações da Carta de Santa Maria “*que as instituições governamentais estabeleçam, em parceria com a iniciativa privada, políticas e diretrizes voltadas para o segmento do turismo rural*”, foram promovidos vários encontros, debates e estudos acerca do tema Turismo Rural que envolveram os setores organizados, os organismos e entidades públicas e privadas:

- a) *I Oficina de Planejamento do Turismo Rural. Brasília/DF - 15 a 17 de julho de 1998;*
- b) *II Oficina de Planejamento do Turismo Rural. Brasília/DF - 17 e 18 de novembro de 1998, denominada “fase marco conceitual”;*
- c) *Audiência Pública na Câmara dos Deputados para validação do conceito e da proposta das diretrizes. Brasília/DF - 14 de março de 2000;*
- d) *Oficina Nacional de Turismo Rural. Brasília/DF - 2 a 4 de abril de 2001;*
- e) *Oficinas Regionais de Turismo Rural*
 - Região Sudeste: São Paulo/SP - 22 a 24 de setembro de 2001*
 - Região Sul: Curitiba/PR - 22 e 23 de outubro de 2001*
 - Região Nordeste: Fortaleza/CE – 22 e 23 de novembro de 2001*
 - Região Centro Oeste e Região Norte: Brasília/DF - 21 a 23 de março de 2002;*
- f) *Estudos e proposições do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP: Brasília/DF – 2001 a 2003.*

No ano de 2004 surge as “Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil” onde o enfoque é maior na cultura agrária e há a preocupação em destacar que a sua base de discussão é direcionada por fatores como “comprometimento com a produção agropecuária”, “agregação de valor a produtos e serviços” e “resgatar e promover a preservação dos patrimônios culturais e naturais” BRASIL, 2004, p.8), buscando sanar ou mitigar os problemas surgidos durante o final da década de 1990. Isso se fez com a institucionalização de 7 diretrizes para desenvolvimento do turismo rural, que são: 1 - Ordenamento, 2 - Informação e comunicação, 3 - Articulação, 4 - Incentivo, 5 - Capacitação, 6 - Envolvimento da comunidade e 7 – Infraestrutura.”.

3. O MUNICÍPIO DE ROSANA – SP

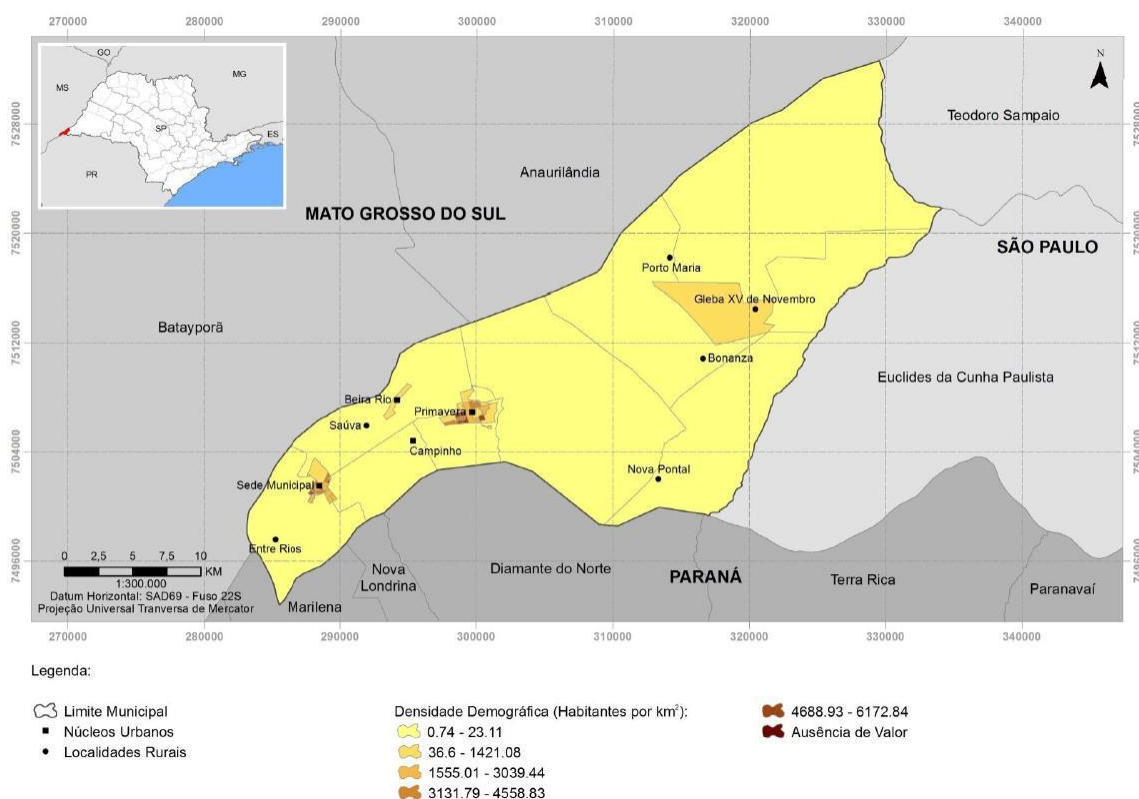
O estado de São Paulo na década de 1950 encontrava-se em expansão e buscando principalmente novas formas de escoar produção agrícola e pecuária e também novas formas para o transporte de passageiros. Nesse momento, surgiu o planejamento de criar rotas ferroviárias que conseguissem ligar o interior com a região central e litorânea, onde se localizam os portos para exportação. Surgiu assim um planejamento da companhia de estradas de ferro Sorocabana para a construção de um ramal que chegasse a cidade de Dourado - MS, com passagem próximo ao ponto de ligação dos rios Paraná e Paranapanema, onde seria um ponto estratégico para receber a produção que poderia ser escoada de balsa até aquele ponto, aproveitando da rota de ambos os rios. Nesse contexto e localidade formou-se a “cidade” de Rosana, que recebeu esse nome em homenagem a filha de Sebastião Camargo, um dos responsáveis pelo desbravamento e dono da empreiteira Camargo Correia, a responsável pelas obras do local, sendo em seu início, planejado para possuir 66 km², possuindo um centro urbano e abastecido por campos no recorte rural ao entorno. (IBGE, 2010 e ROSANA, 2022).

Assim ficou dividido: perímetro urbano com 1.116 lotes com 500 m² cada um; área rural no entorno do núcleo urbano, com 273 propriedades rurais, estas variando em 144 chácaras de 5 a 10 hectares, 133 sítios de 20 a 55 hectares, e 16 propriedades maiores próximas à margem do rio Paranapanema. Com a divisão da área, a Camargo Correia iniciou a venda dos lotes, com a utilização de propagandas intensa nas emissoras de rádio do estado para atraírem as pessoas para a compra. (HESPANHOL, 1985 apud SANTOS 2013, p. 55).

Entretanto, esse ramal da companhia de estradas de ferro Sorocabana acabou nunca se concretizando e realmente chegando ao município. A região de Rosana pertenceu em seu início ao município de Presidente Epitácio até o ano de 1965 quando o município de Teodoro Sampaio foi emancipado e por conta de seu distanciamento teve o território de Rosana anexado ao de Teodoro Sampaio. Rosana só teve sua emancipação institucionalizada no ano de 1990 graças a **Lei Estadual nº 6645, de 9 de janeiro de 1990**, mas só foi realmente empossada com seu primeiro prefeito no ano de 1993, com a posse de Jurandir Pinheiro.

Rosana já pertenceu ao município de Presidente Epitácio – cidade à 210 km de distância – até 1965, onde fora criado, o município de Teodoro Sampaio, ao qual Rosana uniu-se. Passados 26 anos, através de um plebiscito, Rosana se emancipa de Teodoro Sampaio e se eleva a município, aos comandos de Jurandir Pinheiro, no ano de 1993. (ROSANA, 2019, p, 19).

Figura 3 – Mapa demográfico do município de Rosana-SP



Fonte: (ROSANA, 2014 apud PIROLI, E.; PIROLI, V., 2018)

O município de Rosana se expandiu muito graças a construção de duas usinas hidrelétricas: a Usina Engenheiro Sérgio Motta, no estreito do rio Paraná; e a usina Rosana no estreito do rio Paranapanema. Nos dias atuais o município de Rosana possui uma área de 744,011km² e conta com uma população estimada em torno de 15.929 pessoas, sendo que essa população se divide entre a cidade de Rosana, bairro Campinho, bairro Beira Rio, distrito de Primavera e 4 assentamentos Rurais (Gleba XV de Novembro, Porto Maria, Nova Pontal e Bonanza). (IBGE, 2021)

3.1 Rosana como município de interesse turístico

Devido a localização privilegiada do município de Rosana - SP, ele conta com um enorme potencial natural em sua essencialidade por ser cercado por dois rios que possuem sua influência dentro do município: os rios Paraná e Paranapanema. Aliado a essa potencialidade natural, o município conta com 4 assentamentos rurais com residentes oriundos de diversas partes do país, desta forma, possibilitando uma vasta quantidade de culturas e histórias acrescentando o potencial cultural ao desenvolvimento turístico do município. Assim, por preencher os requisitos da **LEI COMPLEMENTAR Nº 1.261, DE 29 DE ABRIL DE 2015**

e realizar o pedido formal para se categorizar como Município de Interesse Turístico (MIT), teve a sua categorização institucionalizada com a **LEI Nº 16.566, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017** e atualizada pela **LEI Nº 17.469, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021**, e por consequência o município passou a receber novas verbas para auxiliar no desenvolvimento das atividades turísticas no território municipal.

Localizada entre dois grandes rios do país, o Paraná e Paranapanema, e, é esta abundância de água que movimenta o turismo. Acreditamos que explorar o turismo tem trazido maiores vantagens ao Município, o que reflete nas mais variadas formas, com o avanço do turismo no Município, o emprego de mão de obra em geral ocupada na produção de bens e serviços aumentará consideravelmente, fazendo crescer a rentabilidade de famílias de menor poder aquisitivo. (ROSANA, 2019).

Quando relacionados os valores recebidos por um município de interesse turístico que giram em torno dos R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), é possível observar que o município de Rosana - SP ainda não utilizou essa verba para projetos de grande relevância ou para o uso no desenvolvimento de atividades focadas em regiões rurais. Isso se dá em grande parte pelo fato do município possuir um COMTUR (Conselho Municipal de Turismo) pouco atuante, sendo no período da elaboração deste trabalho ocorrido poucas reuniões e também com pouco material de pautas e dificuldade para o acesso a atas para a aferição de discussões anteriores, o que demonstra que ainda existe um grande caminho para ser percorrido em busca do desenvolvimento turístico do município.

3.2 Os assentamentos rurais

O município de Rosana possui em seu território quatro assentamentos sendo eles: a Gleba XV, Bonanza, Nova Pontal e Porto Maria, tendo cada um deles formações em períodos e com formatos diferentes, mas cada um com o seu potencial para formas de uso.

3.2.1 Assentamento Nova Pontal

O assentamento Nova Pontal surge como a maioria dos assentamentos de reforma agrária, através de uma enorme luta das organizações que lutam pelo direito ao uso da terra contra latifundiários que usurpam terras do estado. Durante a década de 1990 começaram as primeiras entradas de famílias nas terras da fazenda Nova Pontal que era propriedade da Agropecuária Timboril, sendo as titulares da empresa as proprietárias Maria Aparecida Beatriz e Vera Lucia Cunha. Contudo, após uma primeira invasão, fizeram com que a propriedade fosse reintegrada e que boa parte das famílias que participaram da primeira entrada nas terras da Nova Pontal fossem conduzidas de forma violenta a mudarem o acampamento em localidades mais

distantes, entretanto algumas famílias permanecem acampadas nos arredores do local nas margens da rodovia Arlindo Betio, sendo constantemente alvos de discriminações sociais vindas e provocadas pelos veículos de imprensa da época, no qual destacavam os acampados em busca de um direito a eles pertencentes como um montante de desempregados, violentos e sem méritos individuais que querem usurpar terras de pessoas trabalhadoras, quando na realidade temos apenas pessoas que foram exploradas dentro do sistema capitalista que lutam por um direito deles em usar uma terra que fora usurpada por esses latifundiários (RAMIRO, 2018).

Durante esse período, a conquista só pode ser alcançada devido ao auxílio das organizações de luta pela reforma agrária e contra os latifundiários, conforme descrito por Pandolfi (2009, p. 2):

As famílias que conseguiram resistir permaneceram por mais um tempo e obtiveram o apoio de forças políticas como a Central Única dos Trabalhadores de São Paulo (CUT), a Comissão Pastoral da Terra (CPT/SP), a Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), o Partido dos Trabalhadores (PT), dentre outras. Dessa forma, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ganhou maior poder de mobilização e negociação, alcançando suas primeiras vitórias no Pontal.

Nesse período final pode-se destacar o formato peculiar da distribuição do assentamento nova pontal, conforme descrito por Camargo (2010) apud (GONÇALVES; SILVA; RIBEIRO, 2015):

Além disso, este assentamento foi um caso atípico já que foi formado por quatro públicos diferentes: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST), ex-funcionários da Fazenda Nova do Pontal e Sindicato Rural de Porto Primavera; que no caso eram militantes dos movimentos sociais. As pessoas destes grupos obtiveram uma área do assentamento.

E após várias lutas, no ano de 1997 houve a assinatura do **DECRETO Nº 42.041, DE 01 DE AGOSTO DE 1997**, que instituiu a criação do assentamento e a distribuição das terras do pontal, sendo constituído o assentamento Nova pontal que possui um total de 122 famílias assentadas e distribuídas em uma área de 2.786 hectares de terra, conforme descrito nas figuras 4 e 5, e sendo somente finalizado o processo e as famílias sendo estabelecidas no ano de 1998 após uma assembleia estabelecida pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP).

Figura 4 – Imagem de satélite do assentamento Nova Pontal



Fonte: (GOOGLE EARTH, 2022)

Figura 5 – Disposição dos Lotes do assentamento Nova Pontal



Fonte: (Carneiro, 2007 apud SILVA; RIBEIRO; MOREIRA, 2015)

Como é possível concluir apenas observando as figuras 4 e 5, o assentamento Nova Pontal possui uma ampla área abraçada pelo lago Usina Hidrelétrica Rosana que faz uso do Rio Paranapanema o que faz com que ocorra no local um enorme potencial natural que soma e fortalece as possibilidades de uso para fins turísticos do local.

3.2.2 Assentamento Porto Maria

De modo similar, mas com diferenças relevantes, o assentamento Porto Maria foi estabelecido no ano de 2008, com base na luta do Movimento dos Agricultores Sem-terra (MAST) e do Movimento sem-terra (MST) e com a baixa resistência de Benedito Carlos Mano que tinha posse da então fazenda Porto Maria e possuía interesse na remuneração proveniente das indenizações da cessão da terra e das benfeitorias realizadas. Após negociações o território de 1.064,977 hectares foi dividido entre 41 lotes conforme destacado nas Figuras 6 e 7, destinados a 41 famílias que estavam acampadas aos arredores da Gleba XV de novembro. A distribuição da terra foi feita sob a responsabilidade do ITESP, com base em um sistema de pontuação a fim de priorizar as famílias que possuíssem mais filhos (BARCIELA, 2017)

Deste modo, constata-se do trabalho de Santos (2018, p. 162) que esse sistema foi necessário devido a quantidade de acampamentos em busca de um lote para sua vivência e sustento:

Para o processo de seleção, primeiramente, foi realizado o cadastro das famílias. Nesse cadastramento os interessados responderam perguntas relacionadas à aptidão agrícola e outros requisitos para que fossem beneficiados com o lote. É um sistema de pontuação em que, além da aptidão para a atividade agropecuária, são levados em consideração a quantidade de filhos, tempo de moradia na região, tempo que exerce a atividade agrícola, etc.

Com a agricultura e a pecuária tomando sua forma, as mulheres assentadas assumiram um novo papel dentro dos assentamentos, em uma realidade oposta a da agricultura e pecuária, o desenvolvimento de atividades que se relaciona ao turismo dentro do assentamento Porto Maria foi proposto e fomentado pelas mulheres, que mesmo em um cenário exaustivo de jornada tripla onde cuidavam de seus lares, participavam das atividades agrícolas e desenvolviam projetos com intuito turístico, em busca de seu empoderamento social e financeiro. Assim surgiu a associação de mulheres assentadas do Porto Maria, que com base no fortalecimento de sua cultura histórica e gastronômica, com o apoio da pesquisadora Prof. Dra. Rosângela Custodio Cortez Thomaz, o grupo de pesquisa GEPTER (Grupo de Pesquisa e Estudos no Espaço Rural) e o grupo PET-Turismo (Programa de Educação Tutorial) chegaram a conquistar um espaço que se desenvolveu em uma pousada rural e um restaurante tipicamente rural que possibilitaram uma nova fonte de renda a essas mulheres.

Figura 6 - Imagem de satélite do assentamento Porto Maria



Fonte: (GOOGLE EARTH, 2022)

Figura 7 – Disposição dos Lotes do Assentamento Porto Maria



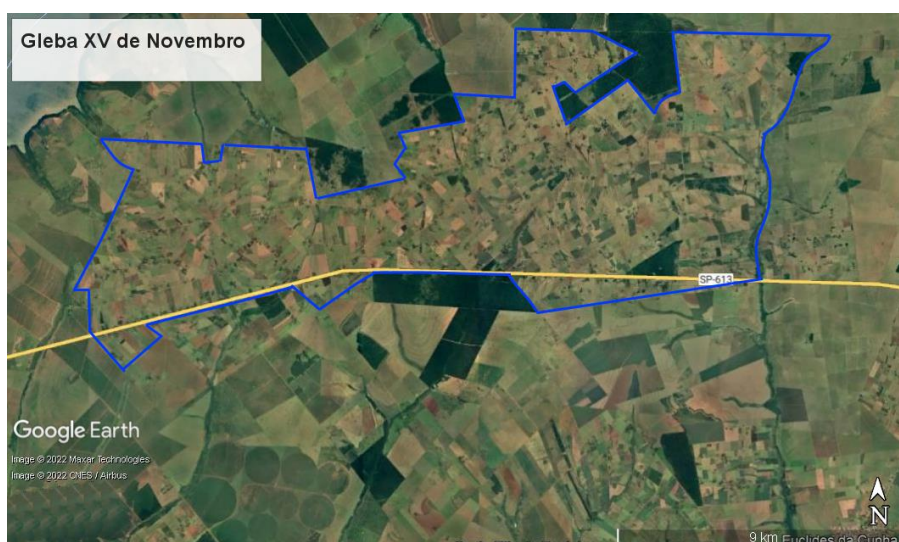
Fonte: VALCARENGHI, 2022

O assentamento Porto Maria é banhado em uma parte do seu território pelo lago da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sergio Motta localizada no Rio Paraná, como pode ser observado nas figuras 6 e 7. Isso faz com que tenha no local pequenas praias que agregam muito dentro de um processo de turistificação, somando mais valor à experiência que o local pode proporcionar.

3.2.3 Assentamento Gleba XV de Novembro

O assentamento Gleba XV de Novembro foi distribuído nos municípios de Rosana - SP e Euclides da Cunha Paulista - SP, sendo localizado no Território Rosanense 4 setores, sendo eles setores I, II, III e VI. Sua história de surgimento é similar a maioria dos assentamentos de reforma agrária, onde existia um latifundiário com terras devolutas sendo utilizado para monocultura ou sem uso, que era ocupada por um grupo de pessoas que tinham a intenção de obter um pedaço de terra e fazer cumprir a função social da propriedade, utilizando para a produção de alimentos. A história do assentamento Gleba XV de Novembro se deu pelo alto número de desempregados na região ocorrido pela diminuição das obras nas usinas hidrelétricas no município de Rosana e as usinas de álcool na Região do Pontal do Paranapanema. Nesse contexto, no ano de 1983 havia um número aproximado de 800 trabalhadores originados de diversas regiões do país (isso se deve ao êxodo para essa região por conta das grandes construções que ocorreram naquele período) que ocupavam as terras até então pertencentes às Fazendas Tucano e Rosanela. Contudo, em torno de 6 meses após a ocupação os ocupantes foram movidos a uma região provisória cedida pela Companhia energética do estado de São Paulo (CESP) por cerca de 7 meses, quando enfim foi desapropriado e distribuído entre esses trabalhadores uma área equivalente a 15 Hectares, como demonstrado na figura 8. (SOUZA, 1994) e (SANTOS; THOMAZ, 2012).

Figura 8 - Imagem de satélite do assentamento Gleba XV de Novembro



Fonte: (GOOGLE EARTH, 2022)

Diferente dos Assentamentos Porto Maria e Nova Pontal, a Gleba XV de Novembro não é banhada por nenhum dos dois Rios que cercam o município, entretanto, essa potencialidade

pode ser compensada pela a sua pluralidade de culturas inseridas nesse meio, mas isso é algo que necessita de estudos mais aprofundados.

3.2.4. Assentamento Bonanza

Com sua efetivação no ano de 1998, o assentamento Bonanza é o menor assentamento do município de Rosana-SP, possuindo uma área de 574,79 hectares representada na Figura 9, divididos entre 31 lotes, formados essencialmente por assentados idosos remanejados, o que gerou uma grande problemática dado ao fato de as políticas públicas da reforma agrária terem sido negligenciadas em seu começo de formação, fazendo com a dificuldade dos assentados fossem expandidas e mesmo nos dias atuais, seus assentados ainda estão em processo de estabilização financeira.(GONÇALVES, 2021)

Figura 9 - Imagem de satélite do assentamento Bonanza



Fonte: (GOOGLE EARTH, 2022)

No que diz respeito ao Assentamento Bonanza, pouco se tem de estudos e levantamentos sobre as possibilidades do uso turístico do local, necessitando de um estudo mais aprofundado sobre os potenciais naturais e culturais do local.

3.3 Assentamentos que desenvolvem atividades turísticas

Quando analisamos os quatro assentamentos do município de Rosana-SP, é possível observar que apenas dois possuem algum tipo de projeção para desenvolvimento turístico,

sendo eles os assentamentos Porto Maria e o assentamento Nova Pontal, enquanto a gleba XV de novembro e o assentamento Bonanza possuem um foco maior na produção agrícola, mas que nos últimos anos vem aos poucos abrindo espaço para a ideia da utilização da atividade turística.

Esse potencial para atividades turísticas desenvolvidas no assentamento Nova Pontal é evidenciado por Humberto Leite Gonçalves (2015, p. 54):

No caso do Assentamento Nova Pontal que desenvolve atividades turísticas, fica explícito que existe potencial para desenvolver o turismo, desde o início da criação dos assentamentos a ideia era dar um novo uso para as terras que estavam estagnadas com a baixa produção e pouca variedade, o turismo é uma alternativa para utilizar os espaços em que a agricultura e a pecuária não podem, diversificando as atividades no ambiente rural, podendo contribuir junto com a agropecuária na geração de uma segunda renda para as comunidades.

No que diz respeito ao assentamento Porto Maria, Isadora Barciela (2017, p. 121) em seu estudo pôde concluir que:

Perante o que foi exposto ao longo do trabalho, pode-se concluir que o Assentamento Porto Maria, especificamente os cinco lotes estudados, possuem grande potencial no que se refere ao turismo rural. Entretanto, ainda é necessário um estudo mais aprofundado para que as atividades sejam introduzidas, pois mesmo havendo uma série de possibilidades é necessário melhorar a infraestrutura do assentamento de maneira geral, como o acesso, sinalização turística, divulgação, dentre outros aspectos já citados ao longo do trabalho e que interferem até mesmo na qualidade de vida da própria comunidade.

Deste modo, é possível observar que a intenção do uso para outras atividades indiretas a agricultura e a pecuária sempre estiveram no interesse e no potencial dos locais, mas que por sua vez sempre foram dificultados pela sazonalidade do poder público municipal que faz com que haja descontinuidade nos projetos

4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO E SEUS REBATIMENTOS NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO RURAL EM ASSENTAMENTOS NO MUNICÍPIO DE ROSANA/SP

Quando se discute sobre políticas públicas no turismo rural diretamente no município de Rosana, nota-se que ainda existem grandes deficiências, isso porque não existe nenhuma política institucional direta, o que não quer dizer que não exista apoio do poder público, mas que ele pode e precisa ser melhorado. Isso se evidencia na entrevista realizada com o turismólogo e assessor de desenvolvimento e fomento de projetos municipais:

“Como observador e desenvolvedor técnico, acredito que o atual cenário de Rosana é muito promissor. Não devemos desconsiderar as iniciativas que vão ao encontro do desenvolvimento de várias opções de atividades - dentro do Turismo municipal - que darão, tanto aos munícipes, quanto aos visitantes, condições de realizarem seus objetivos, seja pela geração de renda ou pela realização das suas expectativas de viagens”. “O planejamento municipal, seja pela atividade turística ou por outra, é completo. O zoneamento de áreas de interesse desenvolvimentista é previsto desde o Plano Diretor Municipal. Se pensarmos que os maiores atrativos turísticos estão em áreas naturais – periurbano e rural – e o uso atual e possíveis cenários futuros, posso dizer sem sombra de dúvidas que, além do cidadão, o maior patrimônio municipal está em área rural. Com isso, e como já comentado, há grande interesse no desenvolvimento de ações nesta área, principalmente, de atividades turistificáveis.”

Suas falas, além de demonstrarem um certo interesse na diversificação da matriz turística do município, também demonstram as atividades que estão em andamento dentro do território municipal através do incentivo municipal

"Cicloturismo ação que trará associações de dois assentamentos, fortalecendo os laços de cooperativismo entre as mulheres da área rural de Rosana; Museu do Assentado; Turismo Náutico (no lago da Usina Eng. Sérgio Motta) que favorecerá a área rural mais próxima; oficinas profissionalizantes com as mulheres das associações rurais – parceria da administração municipal, Sebrae, Itesp e Unesp; eventos: Aniversário da Gleba XV de Novembro, por exemplo; Astroturismo – observação do céu noturno, projeto de Iniciação Científica da Ana Beatriz, estagiária da Unesp, que será aproveitado pela Secretaria de Turismo de Rosana; entre outros que possam surgir, como disse, por meio de produtos e processos originais”.

Um fator importante que se observa é a comparação entre os projetos relacionados ao turismo que foram desenvolvidos nas áreas rurais e as gestões municipais da cidade. É possível perceber uma pausa nos projetos e no incentivo do poder público municipal e isso se deve à sazonalidade do cargo, visto que, a cada quatro anos pode mudar o ocupante do cargo executivo municipal e o novo prefeito ter ideias de desenvolvimento totalmente diferentes do anterior e descontinuar projetos em andamento.

Outro fator importante é o acesso à informação, visto que em entrevista com a representante da associação de mulheres do Assentamento Porto Maria, relata que de um modo geral ela e as outras mulheres ainda possuem dificuldades em acompanhar essa geração digital, o que acaba dificultando o acesso às novas informações sobre projetos e incentivos tanto do poder público, quanto da iniciativa privada.

O que entra em consonância com o constatado por Flávia de Araújo Pedron e Angela Luciane Klein (2004, p. 99) que em suas análises demonstram que “Tais questões envolvem a tentativa de revelar por que os créditos de custeio e investimento para atividade turística não são utilizados pelos agricultores familiares” e posteriormente no decorrer da análise, as autoras teorizam que “Uma hipótese a ser levantada está relacionada à falta de condições sociais, econômicas e culturais destes agricultores. A população rural brasileira é constituída, em parte, por agricultores de pequenas propriedades e com um baixo grau de escolaridade, onde, normalmente, seu conhecimento é adquirido de forma empírica” (PEDRON; KLEIN, 2004, p. 100), portanto, mesmo com as evoluções tecnológicas dos dias atuais, elas ainda podem levar um tempo maior para se estabelecer dentro dos assentamentos.

Com base nas informações cedidas pelos entrevistados e ~~não~~ nas observações levantadas nos capítulos anteriores, se torna possível discutir as seis questões do objetivo do trabalho demonstradas na introdução, que são elas: “será que temos o suficiente em questão de políticas públicas para realmente desenvolver as atividades?”; “Quais as principais dificuldades envolvidas nesse processo?”; “Como o poder público municipal realmente observa essas atividades?”; “De que forma o FEC-UNESP pode influenciar nesse desenvolvimento de políticas públicas?”; “Como as famílias veem essa possibilidade de atividade?”; “Como diminuir o estigma do rural?”

Em relação com a questão “será que temos o suficiente em questão de políticas públicas para realmente desenvolver as atividades?”, podemos observar que mesmo com as evoluções do plano nacional de regionalização do turismo que resultou na **PORTARIA MTUR Nº 41, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2021** “Consolida e atualiza as normas sobre o Programa de Regionalização do Turismo, a Categorização dos Municípios do Mapa do Turismo Brasileiro e o Mapa do Turismo Brasileiro, além de estabelecer os critérios, as orientações, os compromissos, os 23 procedimentos e os prazos para a composição do programa”. e os programas relacionados ao PRONAF (programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar), relacionando isso com o fato de ainda não termos no município de Rosana-SP nenhum programa relacionado ao incentivo dessas atividades, é possível observar que ainda não se tem o suficiente para poder equacionar as necessidades do homem do campo para o

desenvolvimento das atividades rurais, isso acontece pelo fato que de um modo macro, as atividades do turismo rural se utilizam das políticas públicas voltadas a ampla área do turismo, dessa forma sem atender especificidades da atividade com políticas públicas elaboradas especificamente para o turismo rural, principalmente se tratando de territórios destinados à reforma agrária que precisa principalmente de formas de capacitação para que esses habitantes do campo possam ter a oportunidade de agregar sua renda com o desenvolvimento de atividades turísticas de forma sustentável ambiental e culturalmente.

Seguindo essa premissa sobre a suficiência das políticas públicas, temos um cenário promissor de acordo com o levantado em entrevista com o representante do poder público municipal, que em sua entrevista enfatiza que “O maior potencial, sem dúvida é o cidadão que está neste local. O trabalhador do campo que todos os dias levanta e vai à labuta. Espero que este cidadão tenha um diferencial que irá destacar, não apenas o seu trabalho, mas também o município, frente a outros semelhantes”, mostra que o poder público atual ao menos observa e mostra que na atualização do plano diretor dos próximos anos existe a previsão de maiores investimentos na zona rural do município para entre outras atividades, a do turismo. Entretanto, trazendo a discussão os relatos de uma das mulheres assentadas que participou das tentativas de desenvolvimentos de atividades turísticas é possível observar em sua fala de que “sempre o pessoal da Unesp e da prefeitura fala que, aqui tem muita coisa que as pessoas podem gostar e nós também consegue vê que da pra trazer gente, mas ainda não teve um projeto que conseguisse fazer isso tudo dar certo.” demonstrando ainda que existe um problema de comunicação muito grande entre o poder público e população rural.

Em relação à questão “Quais as principais dificuldades envolvidas nesse processo?”, como citado anteriormente no decorrer deste trabalho, a comunicação, sazonalidade e falta de capacitação são os principais problemas enfrentados pela população rural evidente na fala da agente local que diz “a gente acaba não tendo muito acesso a essas coisas e também não sabe usar direito as tecnologia, ai a gente não sabe como usar essas coisas nem onde achar essas informações”, neste ponto é onde se evidencia que o poder público em todas as suas instâncias, ainda não encontraram uma forma efetiva de solucionar esses problemas, se fazendo necessário novas políticas públicas que possibilitem esse acesso da população rural a informação. Um outro ponto importante a ser ressaltado na entrevista com a agente local é a da sazonalidade dos projetos, que por conta das trocas de gestão do poder público acabam por gerar descontinuidade nos projetos, o que de forma similar acontece com os projetos relacionados a UNESP, onde muitas vezes quando os alunos se formam, seus projetos acabam sendo descontinuados. Esses

pontos chamam a atenção para a necessidade de buscar formas de capacitação para que os agentes locais possam dar continuidade de forma orgânica a esses projetos.

Outra questão levantada foi “Como o poder público municipal realmente observa essas atividades?”, como resposta a essa questão, é possível dizer que o poder público por muito tempo não trouxe muitas possibilidades para o desenvolvimento das atividades, mas que recentemente esse cenário vem se alterando, mesmo que ainda longe do ideal, existem projetos em fase de planejamento que pretendem dar mais visibilidade para os assentamentos do município, como o citado na entrevista como o representante do poder público municipal, atualmente existe o planejamento de projetos como o do cicloturismo, astroturismo, turismo cultural e o turismo em águas de reservatório, sendo esse último mais relacionado a um turismo na área rural, mas que indiretamente pode trazer visibilidade para os assentamentos do município.

Isso faz com que os próprios assentados criem expectativas como observado nesta passagem da entrevista com a agente local que diz que “acho que não tem mais muita coisa por enquanto, mas a Elisa falou que vem muita coisa pro ano que vem, espero que dê tudo certo”, esse ponto é importante visto que as dificuldades encontradas anteriormente podem fazer com que esses assentados percam as esperanças, o que não não pode acontecer, pois como citado pelo representante do poder público o maior bem desse local é o seu morador.

De que forma o Faculdade de Engenharia e Ciências da UNESP, de Rosana, pode influenciar nesse desenvolvimento de políticas públicas?, nesta questão temos talvez o principal mobilizador do turismo rural no município de Rosana-SP, a FEC-UNESP desde sua implantação, com um curso de turismo e seus primeiros anos propôs e buscou projetos que pudessem viabilizar projetos de turismo e de turismo rural, mas em muitas oportunidades esbarrou em problemas de falta de recursos e de interesse do poder público, sendo evidenciado na fala do representante do poder público “Por algum tempo (antes da atual gestão), a Unesp era subestimada. Não é segredo que pouco se aproveitou efetivamente da produção de conhecimento científico”, problemas esses que vêm sendo solucionados recentemente, pois todos os projetos em planejamento citados no parágrafo anterior possuem uma estreita parceria entre o poder público e a FEC-UNESP, principalmente fomentados pela pesquisadora e professora do Curso de Turismo, a Dra. Rosângela Custodio Cortez Thomaz, líder do GEPTER/CNPq - Grupo de Estudos e Pesquisas de Turismo no Espaço Rural, sendo o pilar da comunicação entre os envolvidos.

Em um aspecto mais diretamente relacionado ao próprio morador dos assentamentos do município de Rosana-SP a questão sobre “Como as famílias veem essa possibilidade de

atividade?” é um aspecto importante para o trabalho e é possível observar que os agentes locais percebem que o potencial existe e é variado, como citado pela agente local, ela observa que dentro do assentamento Porto Maria existe além de um potencial natural gerado pelo fato do assentamento ser localizado às margens do rio Paraná, montante da Usina hidrelétrica Sergio Mota, eles entendem que a vida do campo e as variadas culturas existentes no assentamento são potenciais que podem ser explorados, visto que como citado por ela dentro do assentamento Porto Maria existem pessoas de vários locais diferentes, “...tem as pessoas né que vieram de um monte de lugar Paraguai, sul, nordeste que sabem fazer um monte de comidas diferentes que pode agradar quem vem no Porto Maria”, dessa forma é importante buscar formas de valorizar essas culturas e aliá-las a um desenvolvimento com relação sustentável entre a produção familiar e o desenvolvimento de atividades turísticas.

As áreas rurais de modo geral ainda possuem diversos estigmas e preconceitos, principalmente as áreas provindas de reforma agrária, e neste ponto é onde o turismo pode ser um grande agente de mudança, pois o turismo possui a capacidade de fomentar não só um aumento de renda, mas também a valorização cultural através da visibilidade desencadeada pela visibilidade e troca de experiências entre visitado e visitante, visto que esse contato trará conhecimento sobre a os processos de luta dessas pessoas para que conseguissem um pedaço de terra para cultivar, isso porque de um modo geral, os preconceitos são gerados pelo medo daquilo que não conhecemos, portanto a visibilidade gerado pelo turismo tem o potencial de proporcionar mudanças a níveis sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que foi exposto durante a elaboração deste trabalho, é possível observar que existe um amplo interesse dos assentados em desenvolver atividades turísticas para que seja possível buscar uma nova fonte de renda para as famílias, mas que para que essas novas atividades sejam desenvolvidas, são necessárias políticas públicas que deem possibilidades para que o produtor possa migrar uma parte de seus esforços para as atividades turísticas. Entretanto, vemos que mesmo existindo algumas poucas políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do turismo rural, essa área ainda carece de uma maior atenção do poder público em todas as esferas: municipal, estadual e federal.

Dos 4 assentamentos do município de Rosana-SP, apenas dois realmente possuem uma atuação voltada para atividades turísticas. Ainda é necessário um maior aprofundamento para uma resposta mais conclusiva, mas um possível motivo para a fraca atuação de alguns assentamentos no turismo rural, é oriundo das diferentes formas como foi estabelecido cada um dos assentamentos e o período em qual ocorreram, sendo a Nova Pontal e o Porto Maria assentamentos estabelecidos com uma taxa menor de conflitos e a partir de uma maior Influência dos MAST (Movimento dos Agricultores Sem Terra), o que possibilitou mais oportunidades de custeio para o estabelecimento das famílias no assentamento, que mesmo que longe do ideal, o uso das políticas públicas de custeio foi importante para o estabelecimento das famílias e fazer com que exista uma possibilidade de pequenos investimentos na atividade turística.

No que tange ao poder público do município de Rosana-SP, é possível observar que existe uma intenção clara de desenvolver novos projetos voltados para a área rural, como os projetos em parceria com o SEBRAE que leva diversos cursos de capacitação de forma gratuita para os assentados, principalmente na área da gastronomia, mas que aborda temas de administração e marketing de produtos, que indiretamente influenciam o desenvolvimento das atividades turísticas nas áreas rurais do município.

Entretanto, ainda é necessário ressaltar que existe uma certa precarização nas questões de desenvolvimento e efetivação de políticas públicas fixadas através de decretos e outras medidas legais que possibilitem principalmente uma estabilidade na execução desses projetos para evitar o máximo possível os problemas relacionados a trocas de gestão, pois, a sazonalidade da detenção do poder gera por inércia uma instabilidade, já que a cada quatro anos pode trocar de um prefeito que tem a intenção de investir no turismo, e que quando é substituído, seu sucessor passe a focar em projetos não voltados ao turismo, assim fazendo com que todo o trabalho e projetos dos quatro anos anteriores acabem sendo suprimidos por outros interesses.

Essa sazonalidade não está presente apenas no poder municipal, ela pode ser observada, talvez de formas mais amenas, dentro dos poderes estaduais e federais que mesmo possuindo algumas políticas públicas para fins de desenvolvimento do turismo rural, muitas delas ainda são focadas nos empreendimentos do turismo mais predatório. O que não coaduna com a verdadeira proposta da utilização dos espaços rurais, que podem agregar valores de formas diversas, mas que mantenham sua cultura e características sem que precisem realizar espetacularização da cultura local só para os visitantes, mas que vivam normalmente suas vidas e propiciem esse choque cultural nos visitantes.

Dado as análises utilizadas no decorrer do trabalho, é notável a necessidade de abertura de novas discussões acerca das atuais dificuldades encontradas na vida do campo relacionadas ao desenvolvimento de atividades turísticas dentro dos territórios rurais do município de Rosana, e isso só será possível com a união do poder público, a utilização do poder intelectual do curso de turismo presente no município e da participação direta dos assentados nos processos de decisões.

Por fim, é importante ressaltar o intuito geral deste trabalho, que tem como objetivo levantar questões acerca das políticas públicas que influenciam no turismo rural do município de Rosana-SP, pois “será que temos o suficiente em quantidade/qualidade de políticas públicas aplicadas para desenvolver turismo rural no município de Rosana-SP?”; “Quais as principais dificuldades envolvidas no processo de desenvolvimento e aplicação de políticas públicas voltadas para o turismo rural?”; “Como o poder público municipal de Rosana-SP observa essas atividades?”; “De que forma o FEC-UNESP pode influenciar no desenvolvimento de políticas públicas?”; “Como as famílias veem essa possibilidade de atividade?”; “Como diminuir o estigma do rural?”

Durante a elaboração deste trabalho foi possível observar que mesmo com as evoluções das políticas públicas ainda estão longe do necessário para compensar os problemas que o homem do campo se depara na mobilidade, estigma, dificuldade de acesso à informação e formação, problemas que fazem com que mesmo com políticas públicas como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) acabe por não ser o suficiente para equalizar a situação, visto que ceder o dinheiro por via de financiamento para alguém sem ensiná-la a como usar tenderá a maiores problemas.

Tendo em vista a entrevista cedida pelo representante do poder público municipal, é válido destacar que a gestão possui planos para incentivar esses projetos de fomento de atividades nos territórios rurais do município e unir forças aos alunos e pesquisadores do curso de turismo da FEC-UNESP para que essas atividades aliem qualidade, poder e sustentabilidade.

Um ponto importante a ser ressaltado é vontade evidente, principalmente das mulheres, de desenvolver atividades e promover a preservação de suas culturas de mulheres do campo, que mesmo com todas as dificuldades buscam projetos, e essa força é principal fator de mudança do estigma e preconceito sofridos por elas, visto que o resultado dessa busca é cada vez mais adquirir um empoderamento e as colocar em seus lugares de destaque dentro da sociedade.

REFERÊNCIAS

BARCIELA, I.de O.P. **ESTUDO DE CASO: ANÁLISE DO POTENCIAL PARA A IMPLANTAÇÃO DA ATIVIDADE DE TURISMO RURAL NO ASSENTAMENTO PORTO MARIA/ROSANA-SP**. Orientador: Rosângela Custódio Cortez Thomaz. 2017. 128 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel Turismo) - Universidade estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rosana, 2017.

BENI, M.C. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BRASIL. **Lei nº 86176, de 06 de junho de 1981**. Regulamenta a Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977, que dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico e dá outras providências. BRASÍLIA, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d86176.htm. Acesso em: 30 jul. 2022.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural**. Brasília: Ministério do Turismo, 2003.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil**.2004.

BRASIL. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Ação Municipal para a Regionalização do Turismo**. / Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007a.

BRASIL. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 5: Implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional** / Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007b.

BRASIL, CASA CIVIL. **Lei nº 11771, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. Lei geral do turismo, [S. l.], 17 set. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11771.htm. Acesso em: 31 jul. 2022.

BRASIL, Ministério do turismo, **AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO – ROTEIROS DO BRASIL: Resumo Executivo**. Brasília, 2010. Disponível em:<https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-publicacoes/programa-de-regionalizacao-do-turismo/avaliacao-do-programa-de-regionalizacao-do-turismo-2013-roteiros-do-brasil-2010/avaliacao-do-programa-de-regionalizacao-do-turismo-roteiros-do-brasil.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2022.

BRASIL, Ministério do Turismo, **PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO: DIRETRIZES**. Brasília: 2013. Disponível em: http://regionalizacao.turismo.gov.br/images/pdf/PROGRAMA_DE_REGIONALIZACAO_DO_TURISMO_-_DIRETRIZES.pdf. Acesso em: 31 jul. 2022.

BRASIL. **Portaria Mtur nº 41, de 24 de novembro de 2021**. Consolida e atualiza as normas sobre o Programa de Regionalização do Turismo, a Categorização dos Municípios do Mapa do Turismo Brasileiro e o Mapa do Turismo Brasileiro, além de estabelecer os critérios, as orientações, os compromissos, os procedimentos e os prazos para a composição deste. BRASÍLIA, Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mtur-n-41-de-24-de-novembro-de-2021-362609866>. Acesso em: 30 jul. 2022.

BONETTI, L.A.; CANDIOTTO, L.Z.P. Políticas públicas federais de turismo rural e o turismo rural na agricultura familiar (TRAF). In: **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia**, 2012.

CANDIOTTO, L.Z.P. O DISCURSO DA VIABILIDADE DO TURISMO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR: O PROGRAMA NACIONAL DE TURISMO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR (PNTRAF) E O PAPEL DO ESTADO DO PARANÁ NO CONTEXTO. **Luciano Zanetti Pessoa Candiotto**, Florianópolis, v. 2, n. 7, p. 112-131, jun. 2013.

DELGADO, G.C. **Agricultura familiar e política agrícola no Brasil**: situação atual e perspectivas. Revista da Abra, v.24, n.3, 1994.

DELGADO, N.G. Política econômica, liberalização comercial e agricultura familiar: a experiência brasileira das décadas de 1980 e 1990. In: BONNAL, P; LEITE, S. P. (Org.). **Análise comparada de políticas agrícolas**: uma agenda em transformação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011, p.279-341.

FALCÃO, M.T.S., **Sociologia do turismo / Marcius Tullius Soares Falcão**; Coordenação Cassandra Ribeiro Joye. - Fortaleza: UAB/IFCE, 2010.

FÁVERO, I.M.R. **DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO RURAL: ANÁLISE DO CASO “CAMINHOS DE PEDRA”**. Orientador: Evaldo Kuiava. 2000. 97 p. Monografia de conclusão do curso (Curso de Especialização em Gerenciamento do Desenvolvimento Turístico.) - UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL CAMPUS UNIVERSITÁRIO DA REGIÃO DOS VINHEDOS CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GERENCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO, Bento Gonçalves, 2000.

FERNANDES, I.P. **PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO ANIZAÇÃO DO TURISMO: Uma abordagem desenvolvimentista com responsabilidade social**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 203 p.

FERRANTE, V.L.S.B; BARONE, L.A. O Lugar dos Assentamentos no Desenvolvimento Local/Regional: Dilemas e Perspectivas Futuras. *Revista Brasileira Multidisciplinar*, 9(2), 155-180. 2005 Disponível em: <https://doi.org/10.25061/2527-2675/ReBraM/2006.v9i2.273>. Acesso em: 30 jul. 2022.

GONÇALVES, H.L. **Turismo no espaço Rural para o desenvolvimento de Assentamentos Rurais**: estudo de caso assentamento nova pontal, Rosana/sp. 2015. 64 f. TCC (Doutorado) - Curso de Bacharel em Turismo, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho - Unesp, Rosana, 2015.

GONÇALVES, L.G.M.; SILVA, F.R.; RIBEIRO, R.M.A. Caminhada como roteiro de turismo no espaço rural: um estudo para roteirização no Assentamento Nova Pontal. In: **8º Congresso de Extensão Universitária da Unesp, 2015, Rosana. 8º Congresso de Extensão Universitária da Unesp "Diálogos da extensão do saber acadêmico à prática social"**, 2015. p. 1-6.

GONÇALVES, L.G.M. **TURISMO CULTURAL RURAL – O MUSEU DO ASSENTADO NO MUNICÍPIO DE ROSANA/SP. Relatório final projeto FAPESP**, [S. l.], 2018.

GONÇALVES, L.G.M. **Nova Museologia, Museologia Social e colaboração**: em discussão o museu dos assentamentos de reforma agrária de Rosana (São Paulo, Brasil). 2021. 198 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Museologia, Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021

GOOGLE EARTH website. <http://earth.google.com/>, 2009.

GUANZIROLI, C. et. al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

HERZER, R. **ESTÂNCIAS TURÍSTICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO: UM ESTUDO SOBRE A INSERÇÃO E ATUAÇÃO DO BACHAREL EM TURISMO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**. 2017. 120 f. Tese (Doutorado) - Curso de Turismo e Sociedade., Faculdade de Turismo e Hotelaria, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/7460/Rodrigo%20Herzer%20Dissertacao.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 01 ago. 2022.

IBGE, **HISTÓRICO Rosana**. [S. l.], 2010. Disponível em [:https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/rosana/historico](https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/rosana/historico). Acesso em: 31 jul. 2022.

IBGE, **Rosana SP**. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/rosana/panorama>. Acesso em: 30 ago. 2022.

KAGEYAMA, A. A. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.

LIMA, R.M.M.de. **Políticas públicas e desenvolvimento**: uma avaliação do programa de regionalização do turismo nas cinco regiões turísticas do rio grande do Norte (2004 - 2014). 2017. 336 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/23754/1/TurismoPol%C3%ADticasP%C3%ABlicas_Lima_2017.pdf. Acesso em: 01 ago. 2022.

MARANHÃO, C.H. da S. A trajetória histórica da institucionalização do turismo no Brasil. **Revista de Turismo Contemporâneo**, [S. l.], v. 5, n. 2, 2017. DOI: 10.21680/2357-8211.2017v5n2ID9522. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/article/view/9522>. Acesso em: 13 ago. 2022.

MELAZZO, E.S. PROBLEMATIZANDO O CONCEITO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS À ANÁLISE E À PRÁTICA DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO. **Topos**, presidente prudente, v. 4, ed. 2, p. 9 - 32. Disponível em: https://scholar.google.com/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=BRnHpEoAAAAJ&citation_for_view=BRnHpEoAAAAJ:hC7cP41nSMkC. Acesso em: 17 jun. 2022.

ORTEGA, A. C. **Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural**. Campinas: Editora Alínea/ Edufu, 2008.

PAKMAN, E.T. Sobre as definições de turismo da OMT: uma contribuição à História do Pensamento Turístico. **XI Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**, Universidade do Estado do Ceará, Fortaleza, 2014.

PANOSSO NETTO, Alexandre, **O que é turismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2010.

PANDOLFI, M. A. Turismo e conflito por terra no Pontal. In: **12 Encuentro de Geógrafos de América Latina - EGAL: Caminando en una América Latina en transformación**, 2009, Montevideu - Uruguai. **12 Encuentro de Geógrafos de América Latina: Caminando en una América Latina en transformación**, 2009. p. 01-10.

PIROLI, E.; PIROLI, V. (2018). **SISTEMAS AGROFLORESTAIS EM ASSENTAMENTOS RURAIS: APLICAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ROSANA, SP, BRASIL**. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/327652648_SISTEMAS_A_GROFLORESTAIS_EM_ASSENTAMENTOS_RURAIS_APLICACAO_NO_MUNICIPIO_DE_ROSANA_SP_BRASIL, Acesso em: 31 jul. 2022.

PEDRON, F. de A.; KLEIN, A. L. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ATIVIDADE DE TURISMO RURAL. ESTUDO DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DO PRONAF. *Extensão Rural, [S. l.]*, n. 11, p. 91–104, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/5586>. Acesso em: 10 nov. 2022.

PORTUGUEZ, A.P. (org.). **Agroturismo e Desenvolvimento regional. 3. ed. aum. Ituiutaba: Barlavento**, 2017. 317 p. ISBN 978-85-68066-45-4.

RAMIRO, P.A. **Assentamentos rurais: o campo das sociabilidades em transformação, o caso dos assentados do Nova Pontal**. 2018. 119 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

ROSANA, **A CIDADE de Rosana**. Rosana, 2022. Disponível em: [https://www.rosana.sp.gov.br/turismo/a-cidade/#:~:text=Rosana%20foi%20fundada%20pelo%20est%C3%ADmulo,hoje%20Mato%20Grosso%20do%20Sul\).o](https://www.rosana.sp.gov.br/turismo/a-cidade/#:~:text=Rosana%20foi%20fundada%20pelo%20est%C3%ADmulo,hoje%20Mato%20Grosso%20do%20Sul).o). Acesso em: 31 jul. 2022.

SANTOS, C.N.; THOMAZ, R.C.C. **ROSANA/SP: PAISAGEM, LIMITAÇÕES E POSSIBILIDADES**. 2012. XXI Encontro Nacional de Geografia. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1188_1.pdf. Acesso em: 22 jul. 2022.

SANTOS, C.N. **O PATRIMÔNIO CULTURAL E AS IDENTIDADES TERRITORIAIS COMO POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA NO MUNICÍPIO DE ROSANA/SP**. 2013. 180 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico, Faculdade de Ciências e Tecnologia, da Universidade Estadual Paulista – Unesp, Presidente Prudente, 2013.

Disponível em:

https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/96757/santos_cn_me_prud.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 31 jul. 2022.

SANTOS, C.N. **AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL E O TURISMO NO ESPAÇO RURAL: OS CASOS DOS MUNICÍPIOS DE ROSANA, PRESIDENTE EPITÁCIO (SÃO PAULO, BRASIL), SANTIAGO DE COMPOSTELA E PADRÓN (GALÍCIA, ESPANHA)**. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, da Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2018.

SÃO PAULO, **OFÍCIO ATL nº 221/2019 - GS/ST**. [S. l.], 2019. Disponível em:

https://www.al.sp.gov.br/spl/2019/10/Acessorio/1000302293_1000319346_Acessorio.pdf. Acesso em: 31 jul. 2022.

SÃO PAULO. **Lei complementar nº 1261, de 29 de abril de 2021**. Estabelece condições e requisitos para a classificação de Estâncias e de Municípios de Interesse Turístico e dá providências correlatas. São Paulo, 2021. Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2015/lei.complementar-1261-29.04.2015.html>. Acesso em: 31 jul. 2022.

SECCHI, L. **Políticas públicas conceitos, esquemas de análise, casos práticos** Leonardo Secchi. - 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SOLHA, Kerina Toledo; REJOWSKI, Miriam. Produção Científica sobre Turismo Rural no Brasil: percepções do poder público, da iniciativa privada e dos pesquisadores. **Turismo & Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 5, p. 111-132, jun. 2013. Disponível em: <https://proa.ua.pt/index.php/rtd/article/view/12483/8247>. Acesso em: 1 out. 2022.

SOUZA, Maria Antonia de. **A formação da identidade coletiva: um estudo das lideranças de assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema**. 1994. 250 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Metodologia do Ensino, Comissão de Ensino, Universidade de Campinas, Campinas, 1994.

SOUZA, C. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, n. 16, p. 20–45, dez. 2006.

SOUZA, Gabriela Coelho de (org.). **Transformações no Espaço Rural**. 1. ed. Porto Alegre: **UFRGS**, 2011. 124 p. ISBN 978-85-386-0161-6. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/214218/000865812.pdf?sequence=1>. Acesso em: 16 jun. 2022.

SOUZA, Marcelino de; DOLCI, Tissiane Schmidt (org.). **Turismo rural: fundamentos e reflexões**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da **UFRGS**, 2019., 2019. 118 p. ISBN 978-85-386-

0465-5. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad504.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2022.

TADINI, R. F. **Fundamentos do Turismo**. v. 1 / Rodrigo Fonseca Tadini, Tania Melquiades. – Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

THOMAZ, R.C.C.; COSTA, M. L.C. A .**Turismo rural: el papel de la mujer asentada implicada en las actividades agrícolas y no agrícolas en el municipio de rosana-sp-brasil**. In: XOSÉ M. SANTOS; LUCREZIA LOPEZ. (Org.). turismo rural y de naturaleza-una mirada al mundo. 1ed. MADRID: SINTESIS,2018, v. 1, p. 261-281.

THOMAZ, R.C.C.; CAMARGO, B. L.N. Análise da Lei 1261/2015 enquanto estratégia de desenvolvimento e fortalecimento da atividade turística no Estado de São Paulo. **Ateliê do Turismo**, v. 5, n. 2, p. 182-199, 24 ago. 2021.

TRENTIN, F.; FRATUCCI, A.C. POLÍTICA NACIONAL DE TURISMO NO BRASIL: DA MUNICIPALIZAÇÃO À REGIONALIZAÇÃO. **Tourism & Management Studies**, Faro, Portugal, v. 1, p. 839-848, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3887/388743867076.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2022.

TROCCOLI P., E. Sobre as definições de turismo da OMT: uma contribuição à História do Pensamento Turístico. In: **XI Seminário 2014 ANPTUR**, 2014, Fortaleza. Anais, 2014.

VALCARENGHE, V.A, **Acervo Pessoal**, 2022

ZIMMERMANN, A. **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Florianópolis: Ed. do Autor, 1996.

APÊNDICE A

Roteiro para a entrevista com a Secretaria de turismo municipal

Identificação:

1- Nome da/o Entrevistada/o:

2- Função desempenhada:

3- Formação Acadêmica

4- Tempo no Cargo

5- Como é sua avaliação do atual cenário do Turismo Rural no Município de Rosana?

R:

6- Enquanto representante do executivo municipal, poderia descrever quais potencialidades são observadas nas regiões rurais do município?

R:

7- Como o poder público aproveita ou pode aproveitar melhor o fato de ter inserido em seu município um campus da UNESP?

R:

8- Como o período pandêmico foi um empecilho na elaboração de projetos relacionados ao turismo dentro do município?

R:

9- Quais os projetos do município com relação a região rural do município vêm sendo trabalhados?

R:

10- Como o turismo rural está previsto dentro do planejamento município?

R:

11- Quais as projeções do município para a elaboração de novas políticas públicas voltadas ao incentivo e desenvolvimento do Turismo Rural no município?

R:

APÊNDICE B

Roteiro para a entrevista com a Representante das assentadas que trabalham ou trabalharam com turismo

Identificação:

1 - Nome da/o Entrevistada/o

2 - Função desempenhada

3 - Escolaridade

4 - Tempo de assentada

5 - Como é sua avaliação do atual cenário do Turismo Rural no Município de Rosana?

6 - Enquanto Assentada, poderia descrever quais potencialidades você acha que os assentamentos possuem?

7 - Como o poder público e os assentamentos aproveitam ou podem aproveitar melhor o fato de ter inserido em seu município um campus da UNESP?

8 - Quais os projetos do município com relação a região rural do município vêm sendo trabalhados?

9 - Quais políticas públicas você já ouviu falar ou já usou?